

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE TURISMO

MAIÂNA ROQUE DA SILVA MAIA

SOCIEDADE E NATUREZA:
um estudo sobre a comunidade de Santana dos Pretos, Alcântara-MA

São Luís
2008
MAIÂNA ROQUE DA SILVA MAIA

SOCIEDADE E NATUREZA:

um estudo sobre a comunidade de Santana dos Pretos, Alcântara-MA

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da
Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau
de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

São Luís
2008

Maia, Maiâna Roque da Silva

Sociedade e Natureza: um estudo sobre a Comunidade de Santana dos Pretos, Alcântara. Ma / Maiâna Roque da Silva Maia. _ São Luís, 2007.

84 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Turismo, 2007.

1. Comunidade de Santana dos Pretos – Alcântara – Ma
2. Relação sociedade – natureza 3. Disputa pela terra
4. Reserva extrativista 5. Território Quilombola I. Título

CDU 316.334.55-054 (812.1)

MAIÂNA ROQUE DA SILVA MAIA

SOCIEDADE E NATUREZA:
um estudo sobre a comunidade de Santana dos Pretos, Alcântara-MA

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da
Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau
de Bacharel em Turismo.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (orientador)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFMA

Prof.^a Msc. Rosélis Barbosa Câmara
Departamento de Turismo e Hotelaria - UFMA

Prof. Msc. Elio de Jesus Pantoja Alves
Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMA

Dedico este trabalho àqueles que sempre estiveram presente na minha vida: papai, mamãe, vovó e a irmã que eu pude conviver Lusa.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os agradecimento devidos ao findar essa longa caminha no curso de Turismo, por isso, nada melhor do que tentar estabelecer uma ordem cronológica. Nesse sentido, agradeço primeiramente a esse Ser maior, que comumente chamamos Deus, Ele que me fortaleceu quando já estava prestes a desistir da batalha.

Agradeço aos meus pais que tudo fizeram para que eu pudesse continuar os meus estudos. Nunca esquecerei os sacrifícios que fizeram para que eu pudesse estar aqui. Espero um dia poder retribuir tudo isso a vocês, mais do que isso, dedicar o mesmo amor que me dedicaram. Pois acredito que muitos são os erros que podemos cometer com aqueles que amamos, mas acredito que, quando esse sentimento é verdadeiro, os erros que ocorrem são simples equívocos provenientes de nossas peculiaridades de amar.

Agradeço também aos meus primeiros professores que sempre me animaram e acreditaram que eu conseguiria alcançar meus objetivos.

Nessa segunda etapa, já na academia, quero agradecer a amizade de Patinha (Patrícia) que foi uma amiga companheira e fiel até o final desta jornada me ajudando, inclusive, na revisão final do trabalho, que seria de mim, a excentricidade em pessoa, sem você para me trazer de volta à realidade; a amiga Erika (escrito como você me recomendou, sem acento e com k) pela sua alegria, companheirismo e suas teorias loucas, vou te confessar uma coisa, a minha preferida é a do bolo de chocolate; às amigas maravilhosas que pude conviver mais de perto no curso: Moia (Kalina), Max , Alice, Bia, Pedro Paulo e Ellyda que apesar de ter entrado no nosso grupo tardiamente conquistou da mesma forma que os outros o meu carinho e amizade, você Ellyda que me levou a conhecer outros caminhos e, com isso, tanto me ajudou a superar a melancolia. Espero que essa amizade iniciada por acaso e graças à escolha do mesmo curso não se desfça com o termino dele, mas de qualquer forma, na minha memória, vocês estarão sempre no grupo de meus melhores amigos.

Agradeço também aos demais colegas de turismo que tornaram a experiência do curso de turismo mais enriquecedora.

Quero reconhecer, aqui, o trabalho e a dedicação de professores do curso de turismo com os quais pude conviver além da sala de aula nos grupos de estudo, nas extensões e no Núcleo de Pesquisa e Documentação em Turismo como as professoras Conceição Belfort, Kláutenys Guedes, Linda Maria e Rosélis Câmara.

Quero reconhecer aqui também a admiração e o carinho que tenho por professores de outros cursos que felizmente conheci ao longo desses quatro anos e que muito me

ensinaram como a professora Eva, de letras, Elio das ciências sociais e os professores de filosofia Almir, Marcio, Elder e Zilmara. De forma especial quero agradecer ao orientador e amigo Horácio ao qual tenho como modelo de professor e pesquisador que espero um dia chegar a ser.

Quero reconhecer aqui também a importância do GEDMMA na minha formação, pois pouco teria conseguido sem as discussões e experiências trocadas no âmbito desse grupo, de forma especial agradeço àqueles que mais próximos estiveram no desenvolvimento desta pesquisa: Bartô, Rafa e Carol, que teria sido de mim Carol sem as nossas conversas? Sem a sua paciência e companheirismo? Agradeço também a Aninha, Elynha e Thaís, a ala da geografia do GEDMMA, que com suas amizades e companhias tornaram mais agradáveis as horas de tensão no período de pesquisa. Agradeço a Layane que, muito generosa, emprestou seu conhecimento de geógrafa me ajudando com os mapas e o croqui. O GEDMMA para mim não é apenas um grupo de estudos e pesquisas é o grupo onde encontrei amigos e companheiros que espero ser para toda a vida.

Quero agradecer ao Borges, Inaldo e Márvia que gentilmente nos cederam entrevista. A AMAVIDA que nos disponibilizou a sua casa na Ilha, mas que acabamos não ocupando, para podermos ficar mais próximos da comunidade. Aos analistas ambientais dos IBAMA/MA, de uma forma especial ao professor Ricardo que muito gentil me cedeu uma das cartas de recomendação exigida pelo Programa BECA.

Agradeço de coração e com enorme sentimento de gratidão a dona Vanda e ao senhor Zé Catolé que me receberam em sua casa em todas as visitas que fiz à Ilha, da mesma forma agradeço ao senhor Pedrinho, Idalino, a dona Floripa, Maria do Joãozinho, Romana, Dinaléia, Rosário, Francilene, Ventura, à comunidade de Santana dos Pretos de forma geral, que passou desde 2006 a fazer parte da minha história.

Quero, aqui, também reconhecer e agradecer o apoio do Programa BECA - IEB/Fundação Moore que viabilizou a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço também aos amigos e colegas que conheci nessa jornada, vocês que me acompanharam nas alegrias e me ajudaram nos momentos difíceis: Liana, Ulisses, Demétrios, Jaqueline, Walterlúcia, Andréia, José, Dondom, Eliane e tantos outros, pois me falha a memória nesse momento. E mais recentemente, quero agradecer a compreensão de meus amigos e colegas do Curso de Filosofia, pois devido aos trabalhos da pesquisa nunca estava plenamente inserida no curso.

A todos muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo da relação sociedade/natureza e a compreensão dos mecanismos utilizados pela comunidade de Santana dos Pretos, pertencente ao município de Alcântara no Maranhão, para garantir o direito ao território, uma vez que seus moradores não possuem o título da terra, ficando à mercê dos proprietários que, em momentos anteriores, chegaram a expulsar e/ou proibir o trânsito dessas pessoas e a ameaçá-las de forma violenta. A questão com estes proprietários e as incertezas devido à não titulação das terras levou a comunidade a buscar mecanismos legais que legitimassem seu direito ao território. Nesse sentido, identificamos como mecanismos acionados a reivindicação de implantação de uma Reserva Extrativista, tipo de unidade de conservação que pressupõe a conservação da natureza atrelada à conservação de um modo tradicional de vida e, em seguida, a reivindicação da condição de remanescentes de quilombo, já que estes têm garantido, desde 1988, pela Constituição Federal, o direito a propriedade da terra e o acesso aos recursos naturais e culturais. Esta pesquisa foi apoiada pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB através do Programa de Bolsas para Conservação da Amazônia – BECA, código B/2006/01/PAB/06.

Palavras-chave: Santana dos Pretos. Relação sociedade/natureza. Disputa pela terra. Reserva extrativista. Território quilombola.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme objectif l'étude de la relation société/nature et l'arrangement des mécanismes a employé pour la communauté de Santana dos Pretos, concernant à la ville d'Alcântara au Maranhão, pour garantir la droite au territoire, un moment qui ses habitants ne possèdent pas le titre de la terre, étant à la pitié des propriétaires qui, aux moments précédents, étaient arrivés pour bannir et/ou interdire au passage de ces personnes et pour les menacer de la forme violente. La question avec ces propriétaires et les incertitudes dues pas au titre des terres ont porté la communauté aux mécanismes de recherche légaux qui ont légitimé sa droite au territoire. Dans cette direction, nous identifions quant aux mécanismes mis en marche la réclamation de l'implantation d'une Réserve d'Extrativista, type d'unité de la conservation qui estime la conservation de la nature lié à la conservation d'une façon de vivre traditionnelle et, ensuite cela, la réclamation de la condition des restes du quilombo, puisque ceux-ci ont garanti, depuis 1988, pour la Constitution Fédérale, la droite la propriété de la terre et l'accès les ressources naturelles et culturelles. Cette recherche a été soutenue par l'Institut International de l'Éducation du Brésil - IEB par le programme des Marchés Boursiers pour la Conservation de l'Amazone - BECA, le code B/2006/01/PAB/06.

Mots - clés: Santana dos Pretos. Relation société/nature. Conflit pour la terre. Réserve d'extrativista. Territoire de quilombola.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Localização da Ilha.....	19
Figura 2 – Porto do Jacaré.....	20
Figura 3 – Porto do Caratatiua.....	20
Figura 4 – Trilha.....	20
Figura 5 – Trilha alagada.....	20
Figura 6 – Ponte localizada na trilha que leva à praia.....	20
Figura 7 – Dona Vanda e seu marido Zé Catolé.....	22
Figura 8 – Dona Romana.....	22
Figura 9 – Dona Maria do Joãozinho e seu marido.....	23
Figura 10 – Cajueiro que possui cerca de 200 anos.....	24
Figura 11 – Senhor Ventura.....	24
Figura 12 – Mordono criança.....	28
Figura 13 – Preparo da carne.....	29
Figura 14 – Preparo do bolo de tapioca.....	29
Figura 15 – Crianças quincando com os tambores utilizados na noite anterior.....	30
Figura 16 – Mesa de bolo dos mordomos.....	31
Figura 17 – Preparação da mesa das mães.....	32
Figura 18 – Mesa das mães.....	33
Figura 19 – Bolo das mães.....	33
Figura 20 – Detalhe da praia, ao fundo Monte Encantado.....	35
Figura 21 – Roça de maniva.....	37
Figura 22 – Casa dos bois.....	38
Figura 23 – Senhor Idalino montado no boi.....	30
Figura 24 – Dona Floripa e uma criança da comunidade.....	40
Figura 25 – Ferry-Boat.....	41
Figura 26 – Barquinho usado no transpote até a Ilha.....	41
Figura 27 – Thais.....	42
Figura 28 – Detalhe da praia onde fica a Laje do Coringa.....	49
Figura 29 – Escolinha da comunidade.....	52
Figura 30 – Estação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre Ilha do Cajual.....	53
Figura 31 – Croqui da Ilha.....	63
Figura 32 – Borges ou Borjão, como é conhecido.....	67

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
AMAVIDA – Associação Maranhense para a Conservação da Natureza
ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
BECA – Bolsas de Estudo para a Conservação da Amazônia
RESEX – Reserva Extrativista
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CEUMA – Centro Universitário do Maranhão
ESATUR – Educação, Saúde e Turismo
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
FCP – Fundação Cultural Palmares
GEDMMA – Grupo de Estudos Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
ONU – Organização das Nações Unidas
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UICN – International Union for Conservation of Nature
WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 SANTANA DOS PRETOS.....	19
2. 1 Localização	19
2. 2 Histórico	21
2. 3 Tradições, festas e crenças.....	25
2. 4 Economia e atividades agro-extrativistas.....	36
2. 5 Cotidiano e relações de trabalho.....	38
2. 6 Tradições: continuidades e descontinuidades na comunidade.....	40
3 A NATUREZA COMO CAMPO DE DISPUTA.....	43
3. 1 Mundo natural: do espaço selvagem para o lugar de refúgio.....	43
3. 2 As diferentes visões da relação sociedade/natureza.....	44
3. 3 Comunidade x pesquisadores: a disputa pelo natural.....	48
3. 4 Populações tradicionais e natureza: a possibilidade de uma convivência harmoniosa.....	54
3. 5 Mecanismos de luta pela terra.....	57
4 SANTANA DOS PRETOS E SEUS MECANISMOS DE LUTA PELA TERRA.....	62
4. 1 A disputa pela terra.....	62
4. 2 O pedido de criação da Reserva Extrativista da Ilha do Cajual.....	65
4. 3 A reivindicação de remanescentes de quilombo.....	67
4. 4 Resex ou quilombo?.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS	82
Anexo 1 – Reservas Extrativistas em fase de criação no Maranhão.....	83
Anexo 2 – Mapa das comunidades remanescentes de quilombo de Alcântara.....	84

1 INTRODUÇÃO

Queremos iniciar este trabalho com um pequeno relato da primeira visita à comunidade de Santana dos Pretos, local de realização desta pesquisa, pois de uma forma ou de outra ele irá permear todas as linhas desse trabalho. A princípio o leitor talvez não compreenda bem, pois ainda não pretendemos explicar os problemas e os personagens que aparecem no texto, apenas esclarecer como surgiu esta pesquisa, como se tornou possível e os problemas que tivemos ao realizar a mesma. Mas se conseguirmos o nosso objetivo, levar o leitor a se colocar no lugar da pesquisadora e com isso despertar o seu interesse por esta pesquisa, acreditamos que a leitura se tornará mais rica.

Era a primeira etapa de trabalho de campo que realizaria na Ilha do Cajual. Parece ter sido ontem quando Horácio¹ e eu atravessávamos a Baía de São Marcos rumo a Alcântara, para falarmos, primeiro, com Borges da ACONERUQ, liderança do movimento negro. Estava ansiosa, realizaria aquela tão sonhada pesquisa e sentia-me já uma antropóloga que desvendaria um mundo desconhecido. De fato, era desconhecido para mim, pois até aquele dia só conhecia a Ilha através dos textos já publicados e da internet. Lembro bem de um comentário do Borges durante entrevista que realizamos com ele:

[...] lá tem quatro terreiros de mina, então você percebe que a coisa da África, ela é muito presente, é muito, muito presente lá. A Ilha é muito bonita, aquela Ilha é mágica, tem um negócio ali que quem é muito aberto ali acaba passando mal. Você não tem não, né, vocês não têm não? (entrevista realizada em 05/01/2007).

Seu comentário aumentou ainda mais o meu desejo de desbravar aquela ilha que tinha passado a fazer parte da minha vida desde o início de 2006, quando eu, incentivada por Horácio, enviei uma proposta para o Programa de Bolsas de Estudo para a Conservação da Amazônia – BECA². Meu objetivo era estudar a relação existente entre a comunidade tradicional de Santana dos Pretos e a diversidade biológica da Ilha do Cajual – MA, considerando a atividade ecoturística. A idéia de estudar os impactos sócio-ambientais do turismo me acompanhava desde os primeiros períodos do curso de Turismo da UFMA. Lembro que chegara a comentar com algumas amigas a minha idéia e brincava dizendo que

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA; Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA; Orientador desta pesquisa.

² Esta pesquisa foi apoiada pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB através do Programa de Bolsas para Conservação da Amazônia – BECA, código B/2006/01/PAB/06.

seria Horácio meu orientador (naquela época ele havia ministrado a disciplina de introdução a sociologia e eu já o admirava bastante como professor). Os anos passaram e o meu interesse pelas ciências sociais só aumentara. Acabei entrando no grupo de Estudos coordenado por ele e pelo professor Elio Pantoja, o Grupo de Estudos Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA.

Mas, voltando ao meu relato, enfim conheceria, depois de duas horas num barquinho a motor, a famosa Ilha do Cajual. Foi no dia cinco de janeiro de 2007. Chegamos por volta da 17h 30 num local chamado Jacaré, apenas com a indicação de procurar uma senhora chamada Vanda, que morava na Tijuca. Dirigimos-nos, então, para as poucas casas que ficavam logo em frente ao portinho. Lá encontramos um senhor chamado Pedrinho, ao qual perguntamos onde ficava a casa de dona Vanda. Ele, muito gentil, se ofereceu para nos levar até a casa dela. Iniciamos então uma caminhada de cerca de trinta minutos e, àquela altura, já estava escuro. As trilhas escorregadias e as pontes improvisadas dificultavam a caminhada para nós dois, enquanto que o senhor Pedrinho habilmente andava à nossa frente. Não posso negar que durante essa e outras etapas de trabalho de campo alguns escorregões e atolamentos no mangue ocorreram.

Mas o fato é que, depois de atravessarmos parte da Ilha, nos encontrávamos finalmente em frente a casa de dona Vanda. O senhor Pedrinho, muito simpático a gritou: “Vanda, olha as visitas que chegaram pra ti!” dona Vanda então apareceu na janela e, um tanto irritada, gritou de volta: “que visita é essa que eu não conheço!”. Aquelas palavras caíram sobre mim como um balde de água fria me despertando da visão romântica da pesquisa. Não possuía muita experiência em pesquisa etnográfica. Já havia realizado algumas idas a campo acompanhada por outros membros do GEDMMA, mas as recepções eram sempre boas.

Mas, naquele momento, todas as flores que eu imaginei presentes na minha pesquisa mostraram seus espinhos. Imaginava que os desafios seriam apenas relacionados ao acesso. Mas não, ali se anunciava o meu maior desafio: a minha relação com a comunidade. Voltando à história, lembro que Horácio se apressou em explicar: “a senhora não nos conhece. Somos de São Luís, da Universidade, estamos fazendo uma pesquisa. Nós viemos com a indicação do Borges. Ele disse que poderíamos procurar a senhora”. Dito isso, ela, ainda com um olhar de desconfiança, falou: “Podem entrar, depois vocês me explicam que pesquisa é essa que vocês querem fazer”. Esse foi o meu primeiro contato com alguns moradores daquela comunidade. Foi o mais inesperado, mas também um dos mais reveladores!

Outro fato que queria relatar aqui diz respeito à última etapa de trabalho de campo, meses depois desse ocorrido. Quando eu, com lágrimas nos olhos, me despedia de dona Vanda e meio sem graças explicava que não sabia quando retornaria à Ilha, pois a pesquisa tinha chegado ao fim e bolsa de apóio acabara. Tinha receio de ser percebida por aquela mulher e por aquela comunidade que passei a respeitar e admirar como mais uma daqueles pesquisadores que chegavam à ilha, colhiam materiais, informações e não davam mais nenhuma satisfação.

É cheia de emoção que relato tudo isso. Não sei, mas olhar para o nosso objeto de pesquisa com o rigor exigido pela ciência também não nos pode impedir se sermos o que somos, humanos. Afinal, o homem não é apenas uma coisa pensante. Se isso tivesse sido observado pelos pesquisadores que lá estiveram antes de mim, talvez a recepção que eu recebi na minha primeira etapa de trabalho de campo na comunidade de Santana dos Pretos tivesse sido outra.

Queríamos relatar esse pequeno trecho da história dessa pesquisa para que o leitor deste trabalho pudesse comungar um pouco mais da experiência de pesquisa que tivemos. Acreditamos que, a partir de agora, ao ler os capítulos da monografia ele possa compreender os processos que se deram ao longo da pesquisa. Assim, esperamos que o texto não seja lido com frieza, mas com um olhar relativizado.

Dito isso, queremos agora fazer algumas considerações. Primeiramente, queremos lembrar que a pesquisa de campo é muito enriquecedora. Muitas vezes chegamos com uma idéia no local da pesquisa e o nosso objeto acaba nos levando a outras. Foi o que aconteceu em Cajual, ou melhor dizendo, Santana dos Pretos como a Ilha é chamada pela comunidade. Como dissemos, nossa idéia inicial era estudar a relação homem/natureza e, mais precisamente, os impactos sócio-ambientais da atividade turística na Ilha, uma vez que o turismo é capaz de provocar grandes impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Sabemos que a atividade turística possui relação bastante estreita com o meio ambiente, valendo-se deste para a implementação de suas atividades dentro dos seus vários segmentos. Apresenta-se, nesse sentido, como um “punhal de dois gumes”, podendo tanto destruir sua própria matéria-prima como contribuir para a conservação da mesma.

Neste contexto, um segmento, mais especificamente, ocupa-se em estabelecer um equilíbrio entre a atividade, a comunidade local e a natureza. Trata-se do ecoturismo que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR é o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua

conservação e, busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

A Ilha, a exemplo de outras áreas na Amazônia Legal, com sua riqueza ecológica não passou despercebida pelos planejadores do Turismo. De fato, a Ilha está presente nos roteiros elaborados pelo governo com parte integrante do destino Alcântara. O governo do Maranhão dividiu o estado em cinco grandes pólos turísticos³, pelo qual a cidade de Alcântara está inserida no Pólo São Luís que compreende também os municípios de Raposa e São José de Ribamar. Existe ainda um projeto da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão - ACONERUQ de implementar, através de uma agência quilombola, um roteiro ecoturístico na Ilha.

Mas, apesar de todas as informações veiculadas na internet, vendendo juntamente com Alcântara, o destino Ilha Cajual para a prática do ecoturismo como encontramos no site do governo do Maranhão, por exemplo, logo no início da pesquisa e até o momento segundo o que percebemos e o que nos relatou a comunidade, não existe um fluxo turístico. São apenas algumas visitas de pesquisadores e, mais raramente, excursões de estudantes. Ocorrem também alguns passeios de barco em torno da Ilha para a observação dos guarás, mas dificilmente esses turistas adentram a Ilha. Na entrevista que citamos com Borges ele nos confirmou isto:

Olha o turismo, turismo propriamente dito, a gente, Alcântara, Alcântara é fraco nesse aspecto. Esporadicamente vem um grupo que vai, mas isso muito... não tem aquele turismo, aquela coisa presente, ali que... dá pra gente nesse momento se preocupar até porque não tem infra, nós não temos infra-estrutura, e o bom turista ele não vai para o lugar que não tem infra-estrutura, aventureiro, muchileiro tá ele vai né, mas o turista que vem mesmo deixar dinheiro, que é aquele cara que causa mesmo impacto. Que causa impacto porque você precisa construir pra ele, você ter condições, né, oferecer certas condições que ele vai exigir, não tem. O que tem na Ilha são aquelas pessoas que vão e que passam um dia, dois dias, que muitas das vezes nem sobem na comunidade. Ele pega o catamarã, ele fica na beira da praia, lá do outro lado, porque aí é longe porque a comunidade da Ilha ela fica no centro da Ilha, é longe, entendeu? E não vai nem na comunidade. É um perigo? [...] (entrevista realizada em 05/01/2007).

Diante disso, poderíamos então fazer o estudo do potencial turístico da Ilha, mas não achamos interessante nos determos num trabalho que já havia sido realizado por outra colega

³ Os outros quatro pólos turísticos do estado são: Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas; Delta das Américas, localizado a nordeste do Estado, na divisa com o Piauí, envolve a região sob influência do Delta do Rio Parnaíba, que tem setenta por cento da sua área no Maranhão, compreende Tutóia, Paulino Neves e Araiões como os principais municípios; Chapada das Mesas, que tem como principais cidades Imperatriz, Carolina e Riachão, é uma área rica em cachoeiras, trilhas ecológicas, e belas paisagens; e Floresta dos Guarás, que fica na parte amazônica do Maranhão, no litoral ocidental do Estado, envolve os municípios de Cedral, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão, entre outros.

de curso⁴. Desta forma, a pesquisa enveredou para outro caminho. Continuamos pensando a relação sociedade/natureza, mas agora pelo viés dos mecanismos de luta pela terra acionados pela comunidade de Santana dos Pretos: o pedido da Reserva Extrativista e o reconhecimento de remanescentes de quilombo.

Afinal, o que teria levado algumas pessoas a assinar, em nome da comunidade, um documento solicitando a abertura de um processo no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para a implantação de uma Unidade de Conservação do tipo Reserva Extrativista e, logo em seguida, reivindicar à Fundação Cultural Palmares - FCP o reconhecimento de remanescentes de quilombo? Pretendíamos, portanto, compreender a relação estabelecida com natureza evidenciada por esses dois pedidos. Pois como afirma Acselrad (2004, p.07):

[...] nas perspectivas das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o 'ambiente' não redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos etc.

Isto foi feito através da revisão bibliográfica relativa à discussão sobre meio ambiente, a dicotomia sociedade/natureza, conflitos ambientais, populações tradicionais, remanescentes de quilombo, metodologia de pesquisa nas ciências sociais e ecoturismo; levantamento de informações sobre a comunidade (trabalhos científicos já publicados); do estudo do Sistema Nacional Unidades de Conservação - SNUC e do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1988; pesquisa na internet sobre o destino Ilha do Cajual; de visitas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, à Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – ACONERUQ, ao Movimento dos Atingidos pela Base Espacial – MABE, à Associação Maranhense para a Conservação da Natureza - AMAVIDA (ONG que atua na Ilha) e ao Cartório de Alcântara; além das discussões no âmbito do GEDMMA; e, principalmente através de cinco etapas de trabalho de campo na comunidade de Santana dos Pretos nos meses de janeiro, abril, maio, junho e julho, totalizando 20 dias no povoado.

⁴ Refirimo-nos ao trabalho monográfico de Gabriela Noronha intitulado “O Projeto Esatur como estratégia de desenvolvimento local através do ecoturismo na Ilha do Cajual”, no qual a aurora relata a experiência do referido Projeto e descreve o potencial ecoturístico da Ilha.

Desta forma, o trabalho está organizado em três partes: na primeira, apresentamos o cenário onde a pesquisa foi desenvolvida, ou seja, a comunidade de Santana dos Pretos, pertencente ao município de Alcântara no Maranhão. Neste capítulo, damos informações sobre a localização e o histórico, falamos sobre suas relações de trabalho e meios de subsistência e apresentamos as festas da comunidades. Além disso, apontamos um problema que encontramos relacionado com a questão da tradição e a modernidade.

Na segunda parte, apresentamos o nosso problema, ou seja, a diferentes visões da relação sociedade/natureza. Demonstraremos como a concepção preservacionista de proteção da natureza, herdada do modelo norte-americano de *wildernss*, provocou a dicotomia entre o sociedade e natureza. Esse modelo, que tem por base a visão da sociedade moderna, não observa que as comunidades tradicionais possuem uma outra relação com a natureza. Enquanto as sociedades urbanas pensam a natureza como objeto do qual poderá agregar valores econômicos através da extração de seus produtos, da agricultura e pecuária e do turismo, para outros povos ela pode estar vinculada à sua cultura, sendo não apenas cenário e fonte de recursos, mas essencial à sua reprodução cultural, sendo por isso, respeitada.

Na terceira parte, fazemos o estudo de caso da comunidade. É neste capítulo que buscamos compreender a disputa pela terra, uma vez que a comunidades de Santana dos Pretos, apesar de ocupar há décadas aquele território, não é detentora de títulos de terras na Ilha. Estes títulos pertencem a outras pessoas que, algum tempo atrás, não aceitavam a presença de outros moradores e sendo alguns desses proprietário descritos como violentos no trato com a comunidade, gerou-se um conflito que apesar de pertencer a um passado, pelo o que percebemos, está até hoje presente na memória da comunidade. Nesse sentido, buscamos compreender os pedidos de instalação de uma reserva extrativista, previsto pela Lei Federal nº 9.985 de julho de 2000, e a reivindicação do território quilombola, previsto no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira, pela comunidade.

Esperamos desta forma, através da geração de conhecimento científico, contribuir para a elaboração de políticas mais democráticas, que percebam a sociedade como parte integrante da natureza e que valorizem os conhecimentos dos grupos tradicionais destes locais. Afinal, compreender como se processa a relação sociedade e natureza será fundamental para subsidiar futuros projetos na Ilha, e possibilitará uma desmistificação da concepção de natureza intocada e intocável.

Neste sentido, acreditamos dar uma contribuição acadêmica importante, pois durante a fase exploratória da pesquisa pudemos constatar um número considerável de informações nas áreas paleontológicas e biológicas, mas quase nada na área humanística e social. Além

disso, este estudo também é relevante por possibilitar a geração de conhecimento sobre uma realidade específica da Amazônia Legal, que servirá também para refletirmos sobre um plano geral.

2 SANTANA DOS PRETOS

2.1 Localização

Santana dos Pretos, hoje, mais conhecida como Ilha do Cajual, pertence ao município de Alcântara, no Maranhão. Situa-se no interior do Golfão Maranhense, limite leste da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses⁵ com latitude 02° 26'' e longitude 44° 30''.



necessariamente, de barco, com saída de Alcântara, através de barco a motor fretado ou com saída de São Luís, via ferry-boat até o Cujupe, de lá deve-se atravessar de barquinho a remo até a Ilha.

⁵ A APA das Reentrâncias Maranhenses foi criada pelo Decreto 11.901 de 11/06/1991. Compreende uma área de 2.680.911,2, a qual é administrada pelo Estado através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - SEMA. Possui um ecossistema costeiro.



Figura 2: Porto do Jacaré
Fonte: Maiãna Maia



Figura 3: Porto do Caratatiua
Fonte: Maiãna Maia

Fi

No seu interior o acesso às várias localidades é através de trilhas.



Figura 4: Trilha
Fonte: Maiãna Maia



Figura 5: Trilha alagada
Fonte: Maiãna Maia



Figura 6: Ponte localizada na trilha que leva à praia
Fonte: Maiãna Maia

A Ilha tem uma área de seis mil hectares e, possuindo um ecossistema costeiro, é rica em mangues, peixes, crustáceos, além de servir de residência para várias espécies, dentre elas o guará (*Eudocimus ruber*), que encontra-se ameaçado de extinção. Sua população humana é constituída por descendentes de escravos, que começaram a povoá-la no final do século XIX.

Segundo levantamento da associação dos moradores possui 52 famílias atualmente morando na Ilha.

2. 2 Histórico

Era nosso desejo reconstruir, através da memória de seus moradores mais antigos, todo o processo de ocupação da Ilha. No entanto, isto foi frustrado em parte, pois como demonstramos na introdução uma barreira entre essas pessoas e a figura do pesquisador havia sido estabelecida, pela forma como alguns pesquisadores desenvolveram seus trabalhos na Ilha, pois segundo os relatos dos moradores eles simplesmente retiravam os materiais que precisavam para seus estudos e não explicavam a comunidades qual o sentido daquilo⁶.

Desta forma, não tivemos acesso a fontes importantes, pois segundo dona Vanda, liderança da comunidade, os mais antigos que poderiam contar a história da Ilha já morreram e, hoje, existem poucas informações sobre isto. Além disso, os moradores mais velhos ainda vivos, que poderiam nos fornecer informações mais precisas, se recusaram a fazê-lo.

O que temos aqui, portanto, é a reunião de algumas informações advindas da lembrança do que os mais velhos contavam aos nossos informantes quando estes eram crianças e de pessoas que não nasceram na Ilha, mas que moram lá há muitos anos. Como vamos observar, existem várias versões explicativas do nome e do próprio processo de ocupação da Ilha que, em alguns pontos, se cruzam.

A primeira versão que encontramos foi a da liderança da comunidade, dona Vanda, que mora na Tijuca. Segundo ela, os primeiros que chegaram à Ilha foram negros fugidos de Alcântara, já próximo de ser declarada a liberdade, estes primeiros moradores são conhecidos como os Franco de Sá e os Pereira, pois eram estes os nomes dos senhores aos quais pertenceriam. Os Franco de Sá, no entanto, foram sumindo e quase não se encontra descendentes morando na ilha, predominando os Pereiras.

O nome da Ilha seria Santana dos Pretos porque teria aportado na Ilha um barco no dia 26 de julho, dia de Santana e que eles teriam, por isso, dado este nome à Ilha. Ela nos contou também da existência, há algum tempo atrás na Ilha, de vestígios de um engenho, que hoje não podem mais ser percebidos porque arrancaram-lhe as pedras. Falou, além disso, de

⁶ Voltaremos a essa questão no item 3. 3 Comunidade x pesquisadores: a disputa pelo natural.

um poço muito antigo e profundo nas terras que estão sob o domínio de um senhor chamado Pereira⁷.



Figura 7: Dona Vanda e o seu marido, senhor Zé Catolé
Fonte: Maiâna Maia

Outra versão encontrada semelhante a anterior foi a de dona Romana. Ela não nasceu na Ilha, mas mora lá há muitos anos, sua casa está localizada na Tijuca. Ela nos contou que os primeiros que chegaram foram os Franco de Sá e os Pereira, estes teriam feito suas casas numa localidade chamada Santana, vindo daí o nome da Ilha. Dona Romana disse que não sabia muito bem a história da Ilha porque quando chegou ali os mais antigos já haviam morrido.



Figura 8: Dona Romana
Fonte: Maiâna Maia

Na versão de dona Maria do Joãozinho, que também não nasceu na Ilha, mas que mora lá desde 1969, na localidade de Capim-Açu, o nome da Ilha é Santana dos Pretos porque naquela época antiga só tinha preto morando na Ilha e que só depois que um pessoal de fora chegou e começou a chamar a ilha de Ilha do Cajual e agora todo o mundo conhece assim,

⁷ Esse Pereira não possui nenhuma relação com os Pereira citados acima, trata-se de um senhor que é proprietário de um lote de terra na Ilha .

mas que Cajual seria apenas a porção da Ilha que pertence ao senhor Pereira⁸. Falou também que existiam umas ruínas de um antigo engenho, mas que hoje não tem mais nada e que existe um poço que, na verdade, era um sumidor, que ela não sabia onde ficava direito, que não ia lá porque ficava nas terras do Pereira⁹. Mas ela também disse que não sabia direito a história, que os mais antigos já morreram e eles não sabiam que iriam precisar dessas informações, aqui é interessante a fala dela quando diz “agora eles querem pra gente provar que aqui tinha escravatura” (conversa informal registrada no caderno de campo).



Figura 9: Dona Maria do Joãozinho e seu marido
Fonte: Maiãna Maia

Fomos visitar também o senhor Pedrinho que mora no Jacaré e lá encontramos com o senhor Urbano que tem cerca de 85 anos, um dos mais antigos da comunidade, nascido e criado na Ilha. Ele, no entanto, permaneceu a maior parte do tempo muito calado, apenas confirmou que o Cajueiro, que fica quase em frente à escolinha da comunidade, localizada entre a Tijuca e a Vila Nova, é muito antigo, dizem que tem cerca de 200 anos. Conversamos, então, com o senhor Pedrinho que mora na Ilha há muitos anos, e dona Irene sua mulher. Eles também não souberam dar maiores informações sobre como surgiu a comunidade da Ilha, só confirmaram que os primeiros que chegaram foram os Franco de Sá e os Pereira e que o nome da ilha era Santana dos Pretos porque ali só tinha negro.

⁸ Idem à nota 7.

⁹ Idem à nota 7.

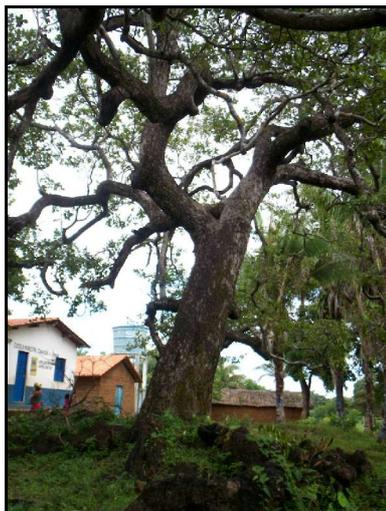


Figura 10: Cajueiro que possui cerca de 200 anos
Fonte: Maiãna Maia

Outra pessoa que pudemos conhecer foi o senhor Boa Ventura ou Ventura, como é conhecido. Ele mora na Ilha há muitos anos. Sua residência está localizada em Caratatiua, que fica bem próximo do portinho, onde se pega o barco para atravessar para o continente, já na outra extremidade da Ilha. Quanto ao processo de ocupação da Ilha, o senhor Ventura também não soube dizer muita coisa, apenas confirmou as outras histórias citadas acima.



Figura 11: Senhor Ventura
Fonte: Maiãna Maia

Como podemos observar as informações se cruzam. O dado referente à descendência dos Francos de Sá e dos Pereiras é uma constante na fala dos nossos informantes. No Laudo antropológico sobre os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara, realizado por Almeida (2006, v. I. p. 50 e 108), os membros da família Franco de Sá aparecem como grandes proprietários e senhores de engenho. Tendo sido um deles, Joaquim Franco de Sá,

governador da província do Maranhão, no período de reestruturação dos engenhos de açúcar em 1846-47 e da reorganização das campanhas militares contra os quilombos.

As versões diferem um pouco em relação à origem do nome da Ilha que alguns atribuem ao fato de que no dia de Santana, 26 de julho, um suposto navio teria aportado na Ilha, ao fato de somente existirem negros na Ilha, ou à existência de um local já chamado Santana, onde os primeiros moradores teriam estabelecido sua residência.

O fato é que podemos imaginar uma fusão desses relatos já que o nome é Santana dos Pretos, o “Santana” pode ter vindo da Santa e “dos Pretos” da maioria negra que habitava a Ilha que a teria tomado como padroeira, pois como veremos mais a frente, uma das festas mais importantes da Ilha é justamente a do festejo dessa santa. Quanto à versão que atribui o nome de Santana por ter sido nessa localidade que os primeiros negros construíram suas casas, pode nos informar que, provavelmente, o primeiro núcleo de povoamento tenha sido, de fato, nessa localidade, que até hoje é reconhecida por este nome, mas que, segundo informações, não possui mais moradores.

2. 3 Tradições, festas e crenças

Encontramos na Ilha três Tambores de Mina¹⁰, dois localizados no Caratatiua: o da dona Luiza e o do senhor Manel, sendo este último o mais antigo da Ilha, e o outro, o da senhora Romana, localiza-se na Tijuca. O Tambor de Mina é a designação, no Maranhão, do culto de origem africana que em outros estados é chamado de Candoblé, Xangô, Batuque, Macumba, dentre outros. Segundo Ferretti (2002, p. 115), “trata-se de um culto de possessão em que entidades sobrenaturais são invocadas e cultuadas, incorporando-se em participantes e iniciados, ao som de tambores e outros instrumentos”.

Além dos Tambores de Mina citados, existe ainda na Tijuca o Tambor de Crioula de dona Rosa¹¹ que é realizado durante o festejo de Santana. O Tambor de Crioula é uma forma de divertimento e pagamento de promessa, normalmente, em homenagem a São Benedito que caracteriza-se, principalmente, pela punga ou umbigada¹². De acordo com Ferretti (2002, p. 15, 28) a dança do Tambor de Crioula:

¹⁰ Para maiores informações sobre o Tambor de Mina consultar Ferretti, 1996.

¹¹ Para maiores informações sobre o Tambor de Crioula consultar Ferretti, 2002.

¹² “Movimento coreográfico no qual as dançarinas, num gesto entendido como saudação e convite, tocam o ventre uma das outras” (RAMASSOTE, 2006, p. 16).

[...] Embora se aproxime de outras danças de umbigadas existentes na África e no Brasil, somente no Maranhão ela é conhecida com esta denominação. É uma dança de divertimento, de origem africana, sem época fixa de apresentação, e que se incorpora às práticas do catolicismo tradicionais e da religiosidade afro-maranhense. [...] É uma forma ritual de divertimento, de pagamento de promessa, é uma forma ritual de comunicação de pessoas entre si e com o sobrenatural e, ao mesmo tempo, é uma forma ritual de reafirmação de valores dos negros no Maranhão; o negro que se sente orgulhoso de ser resistente ao trabalho pesado e que capaz de passar uma noite inteira bebendo, cantando, tocando e dançando, e que justamente por isso sofre o estigma do preconceito racial.

Na Ilha existem também três grandes festas: o festejo de Santana dos Pretos, onde São Benedito também é revenciado, a festa das mães e a de São Cosme e Damião. Outros tambores são feitos em datas de santos como no dia de Santa Bárbara ou em outros momentos, sem data pré-estabelecida. As festas possuem grande importância na estrutura social camponesa. Segundo Prado (2007, p. 53 e 117):

O momento da festa institui, porém, um alargamento das fronteiras sociais, pois a festa só é considerada boa se consegue reunir “povo em quantidade” ou, o que é o mesmo, “gente de fora”. [...] Em consequência da distensão das fronteiras humanas é também o espaço físico que se amplia, pois a festa representa um “lócus” de aproximação entre povoados, entre interior e capital, entre lugar de origem e destino, nos movimentos migratórios. Se se deseja empreender viagem para visitar pais, irmão e parentes que ficaram na terra natal se escolhe, preferencialmente, as ocasiões de festa. Ela é o tempo em que o distante vira próximo, tanto no sentido espacial quanto no humano, pois além de reavivar laços antigos ela enseja novas alianças. De fato, a festa é o tempo de escolha do parceiro sexual: do namoro novo, do adultério possível, da transformação da moça em mulher “solteira”. Sua realização provoca a transcendência dos limites habituais que separam os sexos em grupos distintos. Aqui, o que ocorre não é mais a formação dos bandos de moças ou rapazes, mas a constituição de pares sexuais. E o elemento que está na base desta operação, a dança.

Pudemos participar de duas destas festas na comunidade: a do dia das mães, no dia doze e treze de maio de 2007, e a do festejo de Santana, nos dias vinte e seis a vinte e nove de julho de 2007. Nelas pudemos observar aspectos citados pela autora, como o aumento do fluxo de visitantes, principalmente, filhos da terra¹³ que atualmente moram em São Luís e Alcântara e, pessoas de comunidades vizinhas. Neste ano, inclusive, a juíza da Santa¹⁴ foi a filha do senhor Urbano, que mora em Brasília. Ela se deslocou de lá apenas para participar da festa. Caberia, no entanto, um estudo mais aprofundado sobre esta questão. Aqui, apenas relatamos o que observamos nesses dois rituais.

¹³ Categoria local para designar aqueles que pertencem à comunidade.

¹⁴ Um dos vários personagens da festa. Explicaremos melhor mais à frente.

Festejo de Santana

O festejo de Santana dos Pretos é realizado, normalmente, no dia vinte e seis de julho, dia da santa, no entanto, observa-se, atualmente, o dia da semana em que cai o vinte e seis, pois muitos filhos da terra moram e trabalham em outras cidades e nesse período costumam voltar para participar do festejo, sendo o mesmo transferido para o final de semana mais próximo.

De acordo com os relatos, é a festa mais antiga e tradicional da comunidade. Antigamente era realizado pelo senhor Veríssimo e o baile era ao som de sanfona, mas passados alguns anos da morte do senhor Veríssimo sem que houvesse a festa, o senhor Urbano, irmão de Veríssimo, teria sonhado com ele pedindo que continuasse realizando a festa. O senhor Urbano, atendendo ao irmão, realiza desde então a festa, só que hoje o baile é ao som de radiolas de reggae¹⁵.

Junto com as comemorações do festejo é realizado também o Tambor de Crioula de dona Rosa, esposa do senhor Urbano. Este é fruto de uma promessa a São Benedito que dona Rosa teria feito, num período de muita dificuldade, quando se encontrava viúva do primeiro marido e com oito filhos para criar. Como Prado (2007, p. 56, 57) havia identificado, em pesquisa anterior realizada na baixada ocidental maranhense:

A realização de uma festa de santo é sempre o resultado de um contrato com a entidade. No entanto, a origem deste contrato pode variar, assumindo duas formas possíveis. A primeira delas decorre de uma *promessa*, e se apresenta como uma maneira de pagar uma dívida contraída com aquela entidade sobrenatural que beneficiou o interessado com um milagre ou uma graça pedida. [...] Já a segunda forma de contrato difere da primeira pelo menos num ponto fundamental: não é o resultado de um engajamento *direto* e *privado* do indivíduo, mas uma aquiescência a um convite publicamente formulado por outrem. Trata-se de uma transferência de responsabilidades de se cultuar, ano após ano, os santos de caráter comunitário da região: São Sebastião, Senhora Santana e Santa Teresa (grifo da autora).

O tambor é realizado no dia anterior às duas noites do baile de reggae. Atualmente, é necessário levar para a comunidade tamboseiros das comunidades vizinhas, pois existem poucos na Ilha, a maioria já morreu e, os mais jovens não se dedicam a aprender, preferem o reggae, segundo nossos informantes.

Encontramos os seguintes personagens na festa:

¹⁵ Radiolas de reggae são estruturas potentes de som que são montados em forma de paredões de caixas acústicas. Podem ser compreendidas também como um conjunto de músicas que fazem parte do repertório do espetáculo que é comandado por um Dj (LOBO, 2007).

- os mordomos e juízes crianças, são sempre meninos e se referem a São Benedito. Os pais das crianças têm como obrigação dar uma quantia em dinheiro para ajudar na festa e comparecer com a criança, vestida numa bata semelhante à do Santo, no local que é colocada a mesa de bolo, sendo que os juízes dão uma contribuição maior, além de terem o dever de dar um bolo e lembrancinhas a todos os mordomos;



Figura 12: Mordomo Criança
Fonte: Maiâna Maia

- os mordomos e juízes grandes, são adultos ou jovens, homem ou mulher e se referem à Santa, também devem contribuir com uma quantia em dinheiro, sendo a dos juízes bem maior;
- o mestre-sala, que deve cuidar para que os tamboseiros e mordomos sejam servidos e fiscalizar as pessoas, pois quem cometer algum ato que entre em desacordo com os costumes poderá ser marcado com uma fitinha no braço e deverá pagar para ser liberto;
- o dono do mastro, que deve, além de procurar um tronco de árvore que sirva de mastro, enfeitá-lo com ramos verdes e outros produtos como frutas, bebidas, etc.;
- os donos da festa, no caso o senhor Urbano pela Santa e a dona Rosa pelo Santo, que organizam as festas.

Cabe ressaltar que não são apenas estes os participantes da festa, pois toda a comunidade se mobiliza para isso. As mulheres ficam até tarde da noite no preparo de bolos e carnes que são servidos durante a mesma e os homens se juntam pra matar os animais e

carregar as caixas de som da radiola, o motor e as bebidas, o que é algo extremamente complicado haja vista as dificuldades de acesso ao centro da Ilha, onde é realizada a festa, pois as trilhas ficam, em sua maioria, alagadas e/ou escorregadias, devido às chuvas desse período do ano.



Figura 13: Preparo da carne
Fonte: Maiâna Maia



Figura 14: Preparo de bolo de tapioca
Fonte: Maiâna Maia

Trata-se de uma festa bastante rica e onerosa. Pelo que relataram, são cerca de 100 kg de carne bovina e a mesma quantia de carne suína que são vendidas, a maior parte para o dono da festa e, quase cem caixas de cerveja, além de vinho, cachaça e conhaque que são vendidos para os participantes, mas gratuitos para os tamboseiros e outras pessoas que ajudam diretamente na festa. Pelo o que pudemos observar, os preparativos da festa iniciam-se bem cedo, no dia vinte e seis. A comunidade é acordada com o barulho de foguetes. As mulheres, então, começam a preparar os bolos de tapioca e trigo. Nesse dia, também os homens matam porcos e começam a preparar as carnes.

À tarde é realizado o levantamento do mastro¹⁶. Este chega à casa do dono da festa ao som de muitos foguetes, carregado por dois homens e logo em seguida começa a ser enfeitado: é todo coberto por ramos verdes e amarram em torno dele frutas e bebidas até perto da ponta que é afunilada para aí ser colocada uma imagem de Santana pintada à mão. Depois de preparado eles batizam o mastro com água benta sendo que alguém dá algumas voltas em torno dele pronunciando as seguintes palavras: “eu te batizo em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo”.

¹⁶ De acordo com (PRADO, 2007, p. 79), “De qualquer forma essas duas dimensões estão presentes no cerimonial do mastro: de um lado, apontam para o princípio de autoridade, seja do santo, seja do dono da festa. Plantados à frente de sua residência indicam ali deve ser obedecido; de outro lado, carregam consigo o significado agrário, de culto ao poder germinativo da terra, embora muitas vezes a razão apontada para a cobertura do lenho com ramos verde seja apenas a estética: ‘é para que não fique feio, pelado’.”

Após o batismo, é o momento de erguer o mastro em frente do altar onde ficam as imagens da Santa e São Benedito. É um dos momentos mais emocionantes da festa: os homens amarram cordas ao mastro e preparam forquilhas para auxiliar no levantamento, as mulheres, em frente do mastro, com velas acesas na mão e a imagem da Santa, as crianças de olhos arregalados, o barulho dos foguetes, as brincadeiras e as gargalhadas se misturam ao respeito e à solenidade do momento. E, por fim, quando é ficando o mastro com a imagem da Santa lá no alto, o brilho no olhar daquelas pessoas faz qualquer observador se emocionar e sentir o sentimento que todos parecem comungar naquele momento: o de dever cumprido, o cumprimento da tradição. Em seguida, as mulheres, com as velas e as imagens, dão voltas em torno do mastro cantarolando músicas da igreja, entram depois na casa onde está localizado o altar e iniciam as ladainhas à Santa.

No dia seguinte, 27 de julho, continuam os trabalhos. O espaço onde é realizada a festa é enfeitado com bandeirolas coloridas e o altar de São Benedito é colocado no salão onde haverá o tambor. À noite, inicia o tambor de crioula que só irá parar para a ladainha, mas que logo em seguida irá recomeçar para só calar novamente no amanhecer do dia seguinte.



Figura 15: Crianças brincando com os tambores utilizados na noite anterior
Fonte: Maiãna Maia

No dia 28, pela manhã, é colocada a mesa de bolo das crianças. Os mordomos crianças, nesse momento, vestem uma bata marrom com um cordão branco preso na cintura, semelhante à de São Benedito. A mesa é colocada em frente ao altar do Santo. As mulheres arrumam os pratos dos mordomos que são bastante fartos e colocam lembrancinhas, uma de cada juiz da festa e outra da dona da festa. Em seguida, a dona da festa chama todos os mordomos e os pratos são entregues. Após serem servidos os mordomos, servem bolos a todos os presentes. O altar de São Benedito é desfeito e a radiola de raggae começa a funcionar.



Figura 16: Mesa de bolo dos mordomos
Fonte: Maiãna Maia

No resto do dia, as mulheres preparam as carnes do boi e dos porcos que foram mortos na véspera e que servirão para a alimentação de todos os participantes da festa durante os dois dias restantes. Durante o dia, chegam muitas pessoas para a festa. À noite começa o baile que vai até o amanhecer.

No dia seguinte, é colocada a mesa dos mordomos grandes, e à noite tem novamente o baile de reggae que entra pela manhã do dia seguinte, quando é retirado o mastro, e se determina o dono do mastro do ano seguinte, que fica com tudo o que foi colocado no mesmo, e também os mordomos e juizes do próximo ano.

O festejo de Santana dos Pretos é muito semelhante à festa de Santa Maria, em Samucangaua, também em Alcântara, estudada por Lobo (2007), tanto no que diz respeito aos participantes da festa, como mordomos, dono do mastro e da festa, para citar alguns, quanto à fartura e engajamento da comunidade para a realização da mesma. Mas um fato observado pela pesquisadora nos chamou atenção de uma forma especial: a preferência dos jovens dessa comunidade pelo reggae em relação ao tambor de crioula que, como já falei, também ocorre em Santana dos Pretos. Como apareceu na fala de alguns de nossos informantes “os jovens só querem saber agora de reggae” também essa fala se fez presente em Samucangaua “os pessoal jovem gosta é de reggae. É reggae que eles quer. Toda festa tem que ter reggae, senão esse povo não vem” (LOBO, 2007, p. 64). Nesse sentido a autora citada nos ajuda na compreensão do acontecido quando fala:

[...] O reggae foi incorporado como gênero musical, agindo como mais um aspecto associado a negritude, assim como o tambor de crioula. Esse gênero musical de origem jamaicana, de acordo com o antropólogo Carlos Benedito da Silva, foi adotado “como expressão cultural por amplo segmento da juventude negra que habita principalmente as regiões formadas por ocupações e palafitas, na periferia urbana”(1995, p. 12). [...] Em Alcântara, o reggae é item básico para a realização de

festejos, assim como na festa de Santa Maria, sendo a principal atração das noites do baile. (LOBO, 2007, p.65)

Festa do dia das mães

Pelo que pudemos levantar, a festa ocorre há mais de dez anos. É organizada por um clube de mães, sendo que a cada ano se escolhe duas mães para ficarem responsáveis por organizar a festa e promover rifas e outras formas de arrecadar fundos, durante o ano, para comprar os materiais necessários à realização da mesma. Como diz Hobsbawm (1997, p. 9) “[...] muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. [...]”. É o que ocorre, em Santana dos Pretos, pois apesar da festa ser relativamente recente, parece ter alcançado grande importância na comunidade.

O fato de ser organizado por um grupo específico de mães, não significa que as outras mães que não compõem o grupo não ajudam, pois enquanto as mães associadas vendem pontos da rifa, cozinham, arrumam o local dentre outras atividades, as mães não-associadas colaboram, comprando ponto nas rifas e/ou consumindo produtos que são vendidos pelas mães associadas. Os homens também colaboram, principalmente, no transportes de materiais pesados como as caixas de cerveja, as caixas de som e motor, já que a Ilha não possui energia elétrica e torna-se necessário alugar um motor para gerar energia.



Figura 17: Preparação da mesa das mães
Fonte: Maiâna Maia

A festa é baseada num almoço no dia das mães no qual elas preparam uma mesa bastante farta. Primeiramente, as mães associadas são servidas. Cada uma tem direito a um prato de comida bastante generoso. Atualmente, também se promove uma festa de reggae, que ocorre na noite anterior ao almoço, além de sorteios de presentes e um bolo confeitado, após o almoço.



Figura 18: Mesa das mães
Fonte: Maiâna Maia

Interessante notar toda a dificuldade em realizar a festa e o alto valor necessário para provê-la, pois como já falei, não existe energia elétrica, sendo, portanto, necessário alugar a radiola e um motor para a festa. Além disso, nesse período, o volume de chuvas aumenta na região e o acesso a Ilha torna-se mais complicado do que no mês de julho quando é realizado o festejo da Santa. Os gastos com a comida que é servida durante a festa são altos, eles chegam a matar um boi para a festa, mas a carne não é doada, ela é comprada, e somando-se à compra de caixas de cerveja e refrigerante (estes também são vendidos durante a festa), podemos imaginar o valor exorbitante para uma comunidade humilde como a de Santana dos Pretos.



Figura 19: Bolo das mães, da direita para esquerda, Francilene, Vanda e Rosário
Fonte: Maiâna Maia

Isto tudo nos leva a refletir sobre o significado que essa festa tem para a comunidade que superando, através da ação comunitária e do trabalho de um ano, todos os

obstáculos naturais (dificuldades de acesso), sociais (baixa renda) e de infra-estrutura (ausência de energia elétrica) realiza orgulhosa a comemoração do dia das mães.

No entanto, um fato ocorreu prejudicando a festa das mães no ano de 2007: o motor que eles alugaram teve um problema e deixou de funcionar já por volta das dezessete horas (ele estava funcionando desde as doze horas do dia). Todos ficaram muito nervosos com a situação, mas logo procuraram resolver o problema, chegando mesmo a buscar uma pessoa fora da Ilha para ajeitá-lo, todavia a festa de reggae não aconteceu. Passaram a noite bebendo, comendo, conversando e brincando.

Um fato, sem dúvida, lamentável, mas que não tirou a alegria da comunidade. Revelador também, pois, à noite, dona Rosa¹⁷ sugeriu que se fizesse um tambor de crioula, no entanto, outro problema surgiu: eles não encontraram quem pudesse tocar os tambores. Como Já falamos, são poucos os que sabem tocar tambor na comunidade e os jovens da Ilha não querem mais aprender.

Festa de São Cosme e Damião

Infelizmente não pudemos participar desta festa, mas pelo o que nos relataram é organizada pela dona Luiza há muito tempo, no dia de São Cosme e Damião, 27 de setembro e, a exemplo das outras, muitos colaboram para sua efetivação. Pela manhã, é preparada a mesa das crianças e durante o dia é oferecida bebida e comida para os participantes da festa. É realizado o tambor de mina e, pelos relatos, tem a participação de muitas pessoas de fora, principalmente, de São Luís.

Pudemos, no entanto, observar em uma das visitas feitas à comunidade a realização do tambor de dona Luíza e do senhor Manel e, de fato, constatamos a presença de duas pessoas de fora, uma de outro estado e a outra de São Luís que lá estava especialmente para buscar os serviços religiosos de dona Luiza.

Com relação às crenças presentes na comunidade, nossos informantes nos relataram as seguintes:

- *Curacanga*: a curacanga é uma mulher cuja cabeça durante a noite se desprende do corpo e transforma-se numa tocha de fogo. Ela persegue

¹⁷ A dona do tambor de crioula da Ilha.

aqueles que andam à noite e, se alcançar uma pessoa, esta é consumida pela chama;

- *Tarrafiador*: quando o pescador joga a tarrafa¹⁸ ao mar ele ouve, além do barulho característico da sua tarrafa, um outro barulho semelhante, como se outra pessoa tivesse jogado uma tarrafa logo em seguida. Quando isto ocorre, narram eles, não se consegue mais pegar peixe;
- *Monte Encantado*: durante a noite eles ouviam, no monte localizado na beira da praia tambores rufarem. Alguns também tinham visagens neste local. Alguns dizem também que existe outro monte encantado dentro da ilha onde estas mesmas coisas ocorrem, no entanto não conseguimos identificar sua localização exata;



Figura 20: Detalhe da praia, ao fundo Monte Encantado
Fonte: Maiâna Maia

- *Pedra de Itacolomi*: esta seria uma pedra localizada no mar que a água nunca consegue cobrir. Se em cima desta pedra estiver uma troirinha¹⁹, os pescadores não devem ultrapassar a pedra, senão a canoa se perde. Segundo eles, essa pedra fica distante da Ilha;
- *Currupira*: O currupira é um ser da floresta que atrapalha aqueles que andam por ela fazendo, muitas vezes, as pessoas se perderem no mato.

As crenças aparecem em muitos estudos como mecanismos de regulação ambiental, elas são fruto do credo em entes que podem interferir, de alguma forma, nos homens. Assim, em respeito às crenças, algumas sociedades, muitas vezes, adquirem hábitos que se justificam pela simples crença repassada ao longo das várias gerações. Mas estudos já comprovaram que

¹⁸ A tarrafa é uma espécie de rede que possui nas extremidades um peso e por isso faz um barulho característico ao entrar em contato com a água.

¹⁹ Seria um ser encantado que tem a forma de um lagarto.

esses hábitos gerados em função dessas crenças têm relação direta com a manutenção dos ecossistemas onde habitam essas comunidades:

[...] é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio. É com base também nessas representações e no conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo [...]. O imaginário popular dos povos da floresta, rios e lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (*caipora/curupira, Mãe da Mata, Boitatá*); os que maltratam os animais da mata (*Anhangá*); os que matam os animais em época de reprodução (*Tapiora*); os que pescam mais que o necessário (*Mãe d'Água*) (Câmara Cascudo Apud DIEGUES, 1996, p. 85).

2. 4 Economia e atividades agro-extrativistas

A comunidade de Santana dos Pretos vive essencialmente da agricultura de subsistência, da coleta do babaçu, para a extração do azeite, da pesca e da criação de animais, principalmente, o porco, o boi e a galinha. Desta forma, encontramos as seguintes atividades:

- *Roça*: plantam, principalmente, a mandioca, o milho, a melancia e a banana (esta última, segundo o senhor Zé Catololé, estão tendo problema com uma praga). Já o arroz e o feijão são pouco cultivados, segundo o senhor Zé Catolé, eles preferem atualmente comprar esses dois produtos nas duas vendas que existem na comunidade, mas outra informação que tivemos é que isso se deve também ao fato das terras estarem pobres, devido o uso ao longo dos anos;



Figura 21: Roça de maniva
Fonte: Maiâna Maia

- *Pesca*: pescam de rede, de tarrafa, linha e pulsar, para pegar o camarão. Não entram em alto mar pra pescar, ficam apenas na praia. Costumam pegar uritinga, sardinha, tainha, pescadinha, traioto, siri dentre outros. Sendo esses produtos vendidos no porto do Cujupe e utilizados para consumo familiar. Normalmente, não pegam o caranguejo, pois este, pelo o que pudemos observar, não faz parte da dieta alimentar da maioria das pessoas da comunidade, quando pegam é mais no período em que estão andando²⁰, como falam, mas mesmo nesse período, segundo nossos informantes, o consumo é mínimo;
- *Extrativismo*: pelo que informaram, todas as mulheres catam o coco babaçu e extraem o azeite da amêndoa para consumo familiar e a venda no Porto do Cujupe. De acordo com o período do ano, também catam a juçara²¹ (de setembro a janeiro) e o buriti (setembro a janeiro também), além de utilizarem as frutas nativas para a produção de doces, geléias e licores para consumo próprio ou para a venda, no Cujupe. Retiram o palmito para consumo familiar e para a alimentação de porcos;
- *Criação de animais*: praticamente todas as famílias criam o boi, normalmente, um ou dois, sendo que estes são constantemente trocados entre eles ou com pessoas de fora. São mais usados no transporte e funcionam, de certa forma, como uma espécie de poupança, pois dificilmente são vendidos ou abatidos para a venda da carne. Outro fato interessante é que não criam vaca, porque segundo eles, ela exige um espaço maior, pois os bois são sempre criados presos. Segundo

²⁰ Período de reprodução dos caranguejos, também conhecido por andata, nesse período ficam mais vulneráveis, pois precisam sair da lama para reproduzir e podem ser facilmente capturados.

²¹ Em outros estados a juçara é conhecida como açai.



um número muito grande destes animais espalhados pela ilha;

levantamento feito pela comunidade, apenas onze famílias não criam boi, existindo na ilha cerca de 83, entre bois e bezerros. Criam também porcos e galinhas, mas estes ficam soltos, existindo, por isso



Figura 22: Casa dos bois
Fonte: Maiâna Maia

Figura 23: Senhor Idalino montado no boi
Fonte: Maiâna Maia

- *Caça*: segundo eles, a caça é pouco praticada na Ilha. Mas dentre os animais que pegam temos o tatu, paca e porco do mato.

Outras formas de renda na comunidade advêm de aposentadorias e da venda ou troca de bois. Cabe destacar, que muitas vezes, eles compram a farinha, o peixe, ou o camarão entre eles, certamente, que por um valor inferior aos praticados no Porto do Cujupe, embora praticamente todos desenvolvam as atividades de obtenção desses produtos.

2.5 Cotidiano e relações de trabalho

Notamos que muitas das atividades são realizadas por homens e mulheres, não existindo, aparentemente, uma divisão rígida de trabalho pelo gênero. No período que

estivemos na comunidade, pudemos observar que tanto homens quanto mulheres trabalham na roça, fazem cofos, embora sejam poucas as pessoas que sabem essa arte na Ilha e trabalham na tapagem de casas. Em uma de nossas visitas, fomos acompanhar uma jovem senhora, Dinaléia, com seu marido, e o senhor Marcelino na pescaria na beira da praia e aí também eles trabalhavam em comum, um segurava do lado da rede e o outro do outro lado para juntos arrastá-la e assim capturar os peixes.

Isto se repete nos trabalhos domésticos como, por exemplo, na preparação da comida, no trato dos peixes e do camarão e na limpeza da casa. E quando questionamos se essa prática era constante na comunidade me informaram que apenas um dos homens da comunidade se negava a praticar atividades ditas femininas. E, de fato, parece que a comunidade de Santana dos Pretos tem essa peculiaridade, pois além do citado, um fato parece corroborar ainda mais essa questão: A liderança da comunidade pertence a uma mulher, dona Vanda, como já falamos, é ela quem representa a comunidade nas reuniões e dirige as orações nos finais de semana, é a ela quem os visitantes ou pesquisadores procuram e devem, de certa forma, explicar os seus interesses na Ilha.

Apenas uma atividade parece ser preferencialmente realizada pelos homens: a relacionada com a criação dos bois. Seria muito interessante um aprofundamento desta questão já que muitos dos estudos sobre gênero e relações de trabalho apontam mais para a realidade oposta a que encontramos nesta comunidade.

Outra prática constante na comunidade é a ajuda mútua para a realização de trabalhos mais pesados, como, por exemplo, cobrir uma casa de palha e/ou tapar com barro. Pois, quando é necessário, eles se reúnem para a realização dessas tarefas, no entanto, a pessoa que é ajudada tem a obrigação de preparar a comida para quem ajuda, eles até comentam brincando: “se não tiver feijão, ninguém aparece!”. Consta também o hábito de trocar dias de trabalho na roça ou mesmo na quebra de coco babaçu, como fora observado também nas comunidades de Samucangaua (LOBO 2007) e na comunidade dos Pretos do Castelo (PEREIRA DA SILVA, 2005). Na casa de dona Vanda, por exemplo, pudemos observar isso, estavam lá reunidas três mulheres que foram ajudá-la na quebra do coco. No dia anterior à nossa chegada, também algumas pessoas tinham se reunidos para cobrir uma casa na Vila Nova.

E, pelo que relatam, é assim que funciona na comunidade, um dia eles ajudam determinada pessoa, em outro trocam dias de serviço e assim conseguem superar as dificuldades. Mas existe ainda a possibilidade de contratar a pessoa para o dia de trabalho, como pudemos observar em uma das idas a campo, em que dona Vanda e outras pessoas

tenham sido contratadas por um senhor pra roçar e, em outro momento, para fazer uns cofos. Mas de forma geral, a tendência é essa troca de serviços entre os moradores e mesmo a união de boa parte deles, quando se relaciona a um trabalho mais complicado como no período das festas que precisam transportar caixas de som, motor e outras coisas.

2. 6 Tradições: continuidades e descontinuidades na comunidade

Para concluirmos esse capítulo, queremos ainda fazer algumas considerações em relação a uma questão que muito nos instigou, mas que não pudemos aprofundar nesta pesquisa. Nos referimos a questão da persistência da tradição. Pois, o tambor de crioula, por exemplo, que por Noronha (2001) fora considerado o traço mais tradicional da comunidade, atualmente parece carecer de adeptos. E isto não é ser um fato isolado, haja visto o trabalho de Lobo (2007) em Samucangaua. Como vimos, os mais jovens, na fala dos nossos informantes, não querem mais aprender tocar tambor e na Ilha tem poucos tamboseiros, pois os mais velhos que tocavam já morreram. Chega-se ao ponto de dona Rosa, que é quem organiza o tambor, ter que contratar pessoas de fora pra realizar o tambor.



Figura 24: Dona Floripa e uma criança da comunidade
Fonte: Maiâna Maia

Além disso, essas interrupções de costumes pelos mais jovens é utilizado também para explicar alguns problemas ambientais na Ilha, como a assoreamento de um riacho, que seria bastante fundo e hoje se atravessa andando ou a extração intensiva de palmito para servir de alimento para o gado. Pois antigamente o rio era limpo todo ano e, segundo o senhor Zé Catolé, antigamente para se retirar qualquer pau do mato antes se pedia a autorização aos mais velhos que indicavam onde se poderia retirar o pau e hoje não existe mais isso.

Nesse sentido, vale lembrar que, ao contrário do que pensávamos ao iniciarmos essa pesquisa, a comunidade de Santana dos Pretos não encontra-se isolada, pelo contrário, mantém um trânsito constante para Alcântara e, principalmente, São Luís. Assim, não podemos afirmar que a comunidade encontra-se isolada, mas que possui, apenas, dificuldades de acesso, haja vista a falta de segurança dos meios de transporte que dão acesso a Ilha e às dificuldades próprias de utilização de trilhas, principalmente, no inverno.



Figura 25: Ferry-Boat

no transporte até a Ilha
Fonte: Maiãna Maia



Figura 26: Barquinho usado

Fonte: Maiãna Maia

Acreditamos que, em parte, essas mudanças de valores estejam relacionadas às facilidades de acesso a São Luís através do Terminal de Ferry-Boat e também à saída de muitos adolescentes e jovens da Ilha que “se destacam”, na expressão de dona Vanda, para continuar os estudos, uma vez que a única escolinha da Ilha só tem até a quarta série, alguns retornando outros não, vindo apenas nas festas. Aliás, não apenas esses jovens saem, mas famílias inteiras se destacaram para São Luís como o caso da família dos Francos de Sá que teriam sido os primeiros juntamente com os Pereira a morar na Ilha na localidade de Santana que atualmente não tem morador e hoje apenas um membro da família continua a morar na Ilha.

Talvez essa proximidade tenha provocado mudança nos valores, principalmente, dos jovens que, segundo algumas informações, parecem não valorizar mais certas tradições e não querer cuidar dos bens naturais como, por exemplo, do rio, que nos referimos anteriormente. De fato, um comentário de uma criança de oito anos nos impressionou muito, ela nunca conheceu uma cidade, mas nos confessou que sonhava em morar em uma.



Figura 27: Thais, a criança que fez o comentário
Fonte: Maiãna Maia

Por outro lado, isso parece ser visto com certa naturalidade, pois não percebemos tentativas de reafirmar a tradição nos jovens. Até as pessoas que já possuem certa idade (30, 40 anos) já não sabem contar a história da comunidade. A própria usurpação do nome da Ilha, que antigamente era chamada de Santana dos Pretos e hoje é conhecida como Ilha do Cajual, parece não incomodar tanto, como fica claro na fala do senhor Ventura: “antigamente aqui era Ilha de Santana dos Pretos, mas hoje todo mundo chama Ilha do Cajual, agora é Ilha do Cajual” (conversa informal registrada no caderno de campo).

No entanto, os fatores acima citados não podem ser tomado como únicos ou primordiais na explicação dessas mudanças na comunidade de Santana dos Pretos, pois como vimos essas transformações também têm sido apontadas por outros pesquisadores. Nesse sentido, atentar para as forças de mercado que atualmente penetram os lugares mais longínquos parece ser um caminho para compreendermos essa questão. De qualquer forma, seria necessário um estudo mais profundo sobre isso para podermos compreender melhor essas continuidades e descontinuidades da tradição na comunidade de Santana dos Pretos.

3 A NATUREZA COMO CAMPO DE DISPUTA

3.1 Mundo natural: do espaço selvagem para o lugar de refúgio

Segundo Colchester (1997), na Grécia clássica a natureza não domesticada era tida como o domínio das forças femininas, selvagens e irracionais, que contrapunham a cultura racional ordenada pelos homens. A natureza seria uma ameaça à Cidade-Estado e o mundo selvagem seria habitado por bárbaros. Na Idade Média, na Europa, o mundo ordenado pelo homem civilizado era cercado por um outro mundo natural caótico, cheio de selvagens, morada de feiticeiros e bruxas que retiravam seu poder das forças perigosas da natureza. No período colonial os cristãos levaram ao Novo Mundo essa mesma visão de natureza e a reforçaram ainda mais. Cercados pelos indígenas nus, viam-se com a missão de catequizar aqueles “selvagens”. Essa visão da natureza e dos “selvagens”, no entanto foi contestada pelos românticos que viam a natureza como o sublime e os indígenas como bons selvagens.

Já nos Estados Unidos, existia a noção de *wilderness* (mundo selvagem) que, no início e meados do século XIX, eram os espaços onde os recursos naturais seriam ilimitados e que poderiam, portanto, serem tomados por qualquer cidadão americano²², enquanto que, no final do século, com a evidência da degradação ambiental provocada pela expansão agrícola, o sentido passou para espaços ainda intocados pelo homem, de grande beleza cênica que deveriam, por isso, serem protegidos para usufruto do homem urbano nas suas horas de lazer. É nesse contexto e a partir dessa visão que surge o Parque Nacional de Yellowstone, a primeira unidade de proteção da natureza desse país, que passaria a ser tomado como modelo para todos os outros, principalmente os ditos países em desenvolvimento, incluindo aí, o Brasil.

²² Até o final do século XIX grande parte do território americano era selvagem. E, como forma de incentivar a ocupação do território, em 1862, foi decretado o Homestead Act, pelo qual qualquer cidadão americano poderia requerer a propriedade de até 160 acres (cerca de 70 ha) de terra devoluta que tivesse ocupado. Essa concepção não considerava os vários povos indígenas presentes nessas terras. Nesse sentido, podemos imaginar o massacre que estes povos sofreram.

Queremos chamar atenção para o fato de que essa visão do mundo natural como algo a ser domesticado só começou a mudar no século XIX, no Ocidente, graças ao avanço da história natural e o respeito dos naturalistas pelas áreas selvagens não transformadas pelo homem. Outro fator que contribuiu para essa valorização do mundo natural foi a Revolução Industrial, que tornou a vida nas cidades industriais insuportável devido à poluição, passando, assim, a vida no campo, antes sinal de rusticidade, a ser idealizada. Nesse sentido, os escritores românticos foram fundamentais, pois:

[...] estes fizeram da procura do que restava de “natureza selvagem”, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. [...] (CORBIN, Apud DIEGUES, 1996, p. 24)

No entanto, a noção de mundo natural não é exclusiva aos ditos letrados, ela também é objeto de simbologias e mitos de diferentes povos como os indígenas e as chamadas populações tradicionais. De acordo com Diegues (1996):

Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre homem e natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. Esta unicidade é muito mais evidente nas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, em que o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações estelares no céu, por proibições e interdições. Mas ela também aparece em culturas como a caiçara do litoral sul nos ribeirinhos amazonenses, de forma menos clara talvez, mas nem por isso menos importante. [...] (DIEGUES, 1996, p. 61)

3. 2 As diferentes visões da relação sociedade/natureza

Assim, em meio à conturbada vida nas cidades, o acelerado crescimento industrial e, conseqüentemente, a evidência dos impactos ambientais, começa-se a pensar sobre a proteção ambiental. Nesse sentido, temos duas principais visões de conservação do mundo natural, que representam, na verdade, duas formas diferentes de conceber a relação sociedade/natureza: o conservacionismo e o preservacionismo.

Segundo Diegues elas podem ser sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir respectivamente. O conservacionismo de Pinchot apregoava o uso racional dos recursos naturais. Agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria, e acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais

pelas gerações presentes; a prevenção de desperdícios; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Essas idéias foram precursoras do que hoje chamamos desenvolvimento sustentável. Suas idéias estiveram no centro dos debates da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972) e na Eco-92. Foram também discutidas em publicações internacionais como a Estratégia Mundial para a Conservação da UICN/WWF (1980), e em Nosso Futuro Comum (1986).

Já o preservacionismo de Muir pode ser descrito como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Essa corrente pretendia proteger a natureza do desenvolvimento moderno. A natureza possuiria um caráter divino e o homem seria apenas mais uma espécie, não podendo, portanto, sujeitar os outros seres. Essas idéias foram reforçadas pela teoria da evolução de Charles Darwin.

Outros dois autores importantes para o preservacionismo foram Thoreau e Marsh, que influenciaram o movimento de criação de áreas naturais nos E.U.A.. O primeiro criticou a destruição das florestas para fins comerciais²³ e o segundo demonstrou, em 1864, através do seu livro *Man and Nature* que a onda de destruição do mundo natural ameaçava a própria existência do homem sobre a terra. Este livro analisava pela primeira vez, nos Estados Unidos, os impactos negativos da civilização sobre o meio ambiente.

No século XX, as posições preservacionistas continuaram com Aldo Leopold que se beneficiou dos avanços da ecologia como ciência, principalmente, da noção de ecossistema, criada por Tansley. Este, escreveu um pequeno texto intitulado *A Sand County Almanac* que se tornou um dos livros mais importantes para os preservacionistas, nele afirma que “Toda ética se baseia numa só premissa: que o indivíduo é membro de uma comunidade com partes interdependentes” (TANSLEY Apud DIEGUES, 1996, p. 32).

Nos anos 1960, começou a aparecer um novo ecologismo em contraposição à antiga proteção da natureza. Este se tornou possível através das agitações estudantis de 1968 nos Estados Unidos e na Europa. E, com elas, as questões ecológicas passaram a ser mais uma bandeira de luta, ao lado do antimilitarismo/pacifismo, direitos de minorias etc. Segundo Diegues (1996 p.39):

[...] Esse novo ecologismo provinha de um movimento de ativistas que partiam de uma crítica da sociedade tecnológico-industrial (tanto capitalista quanto socialista), cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza. A preocupação da maioria desse movimentos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, não era a proteção de uma única espécie de animal ou de um parque nacional isoladamente.

²³ Nos Estados Unidos, em meados do século XIX, com a corrida dos colonos para o Oeste, havia grande destruição florestal, além disso, havia a ação de companhias mineradoras e madeireiras.

Desses movimentos, queremos destacar o Eco-Socialismo/Marxismo que surgiu de uma crítica ao marxismo clássico e que tem dentre seus expoentes Moscovici. Ele tem na base de suas idéias a crítica à oposição entre o culturalismo (conjunto de idéias que se apóiam sobre a história, a cultura e a sociedade) e o naturalismo (que seria uma aversão pela sociedade e pela cultura). Desta forma, a relação homem/natureza no culturalismo seria marcada por uma ruptura enquanto que no naturalismo haveria uma unidade entre a sociedade e a natureza, o homem estaria dentro da natureza, o homem seria parte da natureza.

Moscovici chama a atenção para o fato do naturalismo estar em plena mutação, deixando de ser uma negação do culturalismo e passando para a afirmação de uma nova relação entre homem e natureza. Segundo ele, esse novo naturalismo estaria baseado em três idéias principais: o homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto; a natureza é parte de nossa história; a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza.

Esse novo naturalismo propõe uma sociedade para a qual a natureza é um lugar onde o homem pode desabrochar; uma realidade aberta que ele pode ajudar a se desenvolver. Nessa perspectiva, a sociedade pode descobrir que a natureza não é uma realidade plácida, uniforme, em perfeito equilíbrio. Ao contrário, ela é diversidade, criação constante de diversidades, existência complementar de cada força e de cada espécie. A regra é a divergência, e a evolução se faz sob o signo da divergência. [...] Moscovici evoca, portanto uma nova utopia, na qual é necessário, não um retorno à natureza, mas uma mudança do que é atualmente uma relação humana destrutiva da natureza, uma nova relação homem/natureza, uma nova aliança, na qual a separação seja substituída pela unidade (DIEGUES, 1996, p. 50).

Mas, o que queremos destacar após esse breve apanhado histórico são os dois grandes enfoques da visão da relação sociedade/natureza: a biocêntrica ou ecocêntrica e a antropocêntrica. A primeira vê o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem estaria inserido como qualquer outro ser vivo, o mundo natural teria um valor em si mesmo independente da utilidade que possa ter para o homem. A outra opera na dicotomia entre homem e natureza, na qual o homem teria direitos de controle e posse sobre a natureza, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia. O valor da natureza estaria relacionado apenas enquanto esta constitui-se numa reserva de recursos naturais para ser explorada pelo homem. Ela estaria assentada sobre uma interpretação judaico-cristã da Bíblia, em que é dado ao homem o domínio sobre a natureza.

Nesse contexto surgem as primeiras unidades de conservação, que detentoras de uma visão ecocêntrica, separam o homem da natureza ao criar ilhas de conservação reservadas

ao lazer do homem urbano. Subjacente também à criação desses espaços tem o que Diegues chama de mito moderno da natureza intocada:

[...] A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total (DIEGUES, 1996, p. 53).

Esse neomito teria suas raízes, principalmente, na religião judaico-cristã associado a idéia de paraíso perdido. O caso mais ilustrativo é encontrado nos Estados Unidos, na concepção de “Parques Nacionais”, onde porções do território foram consideradas intocadas e foram transformadas em áreas naturais protegidas.

Diegues observa também que o pensamento mitológico não está restrito às chamadas áreas atrasadas, ele continua presente nas sociedades urbanas como uma simbiose entre o pensamento mitológico e o empírico-racional²⁴. No entanto, como já falamos, os indígenas e as populações tradicionais percebem a natureza de forma diferente e, devido a isso, possuem mitos diferenciados dos das sociedades urbanas. No entanto, estes foram desconsiderados pelos planejadores e a questão da proteção ambiental foi pensada de forma dicotômica, o que gerou inúmeros conflitos éticos, sociais e ambientais. Pois como afirma Colchester (2000, p. 250):

[...] As decisões sobre a conservação da natureza são, por definição, políticas – dizem respeito ao exercício do poder sobre o uso dos recursos naturais com finalidades várias. Em benefício de quem os recursos devem ser conservados? Quem tem o poder de contestação? Quem deveria ter o poder de manejar de forma prudente e em benefício das outras gerações?

Além disso, quando se importou o modelo de unidade de conservação americano, não foram observadas as peculiaridades dos espaços onde eram implantadas, aumentando, mais ainda os conflitos. No caso do Brasil, principalmente, pois ao contrário do que se pensa, não existem grandes áreas vazias em nosso território e, a Amazônia não é um imenso vazio

²⁴ “A concepção de áreas naturais protegidas como natureza selvagem parece ser um desses neomitos. Nela parece operar-se uma simbiose entre o pensamento racional e o mitológico. Nesse conjunto de representações sobre o mundo natural intocado e intocável existem elementos claros que reportam ao pensamento empírico-racional, como a existência de funções ecológicas e sociais da natureza selvagem (o conceito de biodiversidade, por exemplo), dos processos ecológicos do ecossistema. De outro lado, existem nesse neomito elementos míticos claros que reportam à idéia do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada” (DIEGUES, 1996, p.59).

demográfico. Existem inúmeras comunidades indígenas, caboclas, ribeirinhas, extrativistas, negras remanescentes de quilombos, de mulheres quebradeiras de coco babaçu vivendo nos diferentes ecossistemas que a Amazônia Legal abarca (GONÇALVES, 2005).

No Brasil, essa visão biocêntrica ainda está presente. O atual Sistema de Unidades de Conservação - SNUC²⁵ ilustra isso, pois apesar de possuir um grupo de unidades de conservação destinadas ao uso sustentável, numa leitura atenta da lei perceberemos que o grupo de unidades de conservação de proteção integral é privilegiado em detrimento do grupo de uso sustentável, na obtenção de recursos. Além disso, o próprio processo de construção e aprovação da mesma, que durou mais de vinte anos, demonstra as disputas das diferentes concepções da relação sociedade/natureza e do melhor uso que poderia ser dado ao mundo natural. Quanto a essa disputa Renata de Sant'Anna (2003, p. 117) observa:

A base do pensamento que orientou as posições pró e contra tem raízes no próprio movimento ambientalista. De um lado, os mais conservacionistas, a partir de uma concepção biocêntrica do mundo, exaltam as propriedades e atributos da natureza, definindo a lógica da conservação por uma atitude de proteção contra a necessariamente destruidora ação dos homens e considerando a presença humana perturbadora para o meio ambiente (Diegues, 1996; Lima, 2002). [...] De outro lado, o grupo socioambientalista procura um equilíbrio entre os cuidados com o meio natural e as populações humanas a partir de uma concepção sistêmica do mundo (Capra, 1982) que se propõe a respeitar as diferentes formas culturais de interação entre homem e natureza. Viertler (1988) refere-se como de parceria ou reciprocidade a relação de respeito com a natureza que caracteriza o modo de vida de certas populações.

Essa questão das áreas naturais protegidas e populações tradicionais, Diegues trabalha ao longo do seu livro “O mito moderno da natureza intocada”. Mas não nos ateremos mais nessa questão, uma vez que ela não se constitui enquanto problema central desta pesquisa.

3. 3 Comunidade x pesquisadores: a disputa pelo natural

A Ilha já recebeu muitos pesquisadores e curiosos de vários estados do Brasil e do exterior. Isto devido, principalmente, à descoberta, em 1994, da Laje do Coringa²⁶ e à grande

²⁵ Faremos uma breve apresentação do SNUC no item 3. 5 Mecanismos de luta pela terra.

²⁶ “O sítio reúne fósseis que compõe uma paleocomunidade incluindo dinossauros, crocodilos, peixes e plantas pré-históricas, que habitaram a região há 95 milhões de anos” (MEDEIROS E VILAS BÓAS, Apud NORONHA, 2001, p. 41).

quantidade de aves migratórias e nativas, em especial o guará que encanta a todos com a cor vermelha de suas penas.



Figura 28: Detalhe da praia onde fica a Laje do coringa
Fonte: Maiâna Maia

Quanto à comunidade de Santana dos Pretos, parece não existir muito interesse por parte de muitos desses pesquisadores que visitaram a Ilha, novamente o natural se sobrepõe ao cultural. Segundo dona Vanda, muitas pessoas nem sabem que existem moradores na Ilha, nem mesmo as pessoas de Alcântara, município ao qual pertence a Ilha. Eles denunciam também que a prefeitura de Alcântara dá pouca assistência à comunidade.

Nesse sentido, um problema se instalou na comunidade: a presença indesejada de pesquisadores. Pois na perspectiva da comunidade de Santana dos Pretos muitos destes pesquisadores desenvolvem suas pesquisas de forma equivocada. Os relatos dos moradores de Santana dos Pretos são sempre carregados de ressentimento e indignação. Segundo a líder da comunidade, os pesquisadores apenas se servem da comunidade, carregam materiais encontrados na Ilha, suas informações, e não dão satisfação alguma do que estão trabalhando, nem retorno à comunidade. Em entrevista com Borges, ele já havia relatado isso:

Eles usam a comunidade pra fazer uma comida, pra encher uma água, pra acompanhar em um determinado local, pelo menos foi isso que a Vanda me falou, que sempre a Universidade faz. E a Universidade faz reuniões com vocês? Não, a Universidade nos..., eu to só reproduzindo pra vocês o que ela falou, [...] mas eu tô falando pra vocês o que eu ouvi da Vanda. Ela disse: “Borges a Universidade, o que já fizeram aqui foi levar as pedras que eles encontraram dentro dos nosso quintais, que eram pedras diferente, eles levaram, e depois quando nós perguntamos a respeito dessas pedras eles disseram, ah! Aquilo não tem valor nenhum. Foi só isso” [...] (entrevista realizada em 05/01/2007).

Destas pesquisas, a mais traumatizante parece ser a relacionada com a retirada de fósseis da Laje do Coringa:

O Estado por sua vez se apropriou, lógico, a legislação fala que o subsolo é né do Estado, teja lá o que tiver: ouro, petróleo, o que tiver lá é do Estado, mas o Estado tá lá tirando [...] os fósseis de dinossauros e aí a comunidade que há séculos, né, inconscientemente preservou, porque lajeiro pra gente serve ou pra quebrar pra tirar pedra pra armar rede, né, ou pra gente meter prego [...] Ou revirar pedra pra tirar maraconim, pra tirar guajá²⁷ é pra sobrevivência, é pra buscar o alimento, era isso que eu fazia quando eu era moleque e tinha que secar porção aqui, revirar pedra, pra pegar peixinho, pra poder fazer o rango. Era isso que agente fazia de lajeiro, mas de uma forma ou de outra a comunidade preservou. O estado do Maranhão, mais precisamente, a Universidade, eles vêm explorando a área com pesquisas e a comunidade nunca foi vista como parte integrante desse habitat. E aí, se tá querendo preservar uma história de milhões de anos e se tá esquecendo de preservar quem tá na história contemporânea, sabe o contraste da coisa? A coisa, como é que acontece? E aí resta a vocês que vão escrever, que aprenderam, que têm habilidade de fazer, né, este paralelo: que o Estado se preocupa em fazer maquetezinha, reconstituir, que gasta uma grana com aquilo e a comunidade lá continua... agente tá brigando com a ELETRONORTE pra colocar energia, nós temos um, lá dentro da coordenação de agroextrativismo, nós temos um projeto lá na Ilha de 5 mil reais onde nós temos uma máquina que precisa de energia. E lá não tem energia! (entrevista realizada em 05/01/2007).

Devido a essa situação, Borges nos contou que foi buscar saber o que estava acontecendo:

[...] Eu fui conversar com a diretora do museu que fica ali no Reviver²⁸[...]. Por que eu fui fazer essa visita? Eu fiz uma visita na Ilha mais o (inaudível) e lá na Ilha eles nos falaram da problemática da Ilha, da situação que eles tavam vivendo. E me citaram que as pessoas que tavam indo pra lá estavam levando os materiais que eles tinham lá, pedra, tudo que eles iam achando eles iam pegando e levando, essa foi a informação que me foi dada. Eu visitei lá o museu pra conversar, até pra entender esse processo, já que tá sendo... tem a comunidade que tá lá e tem a praia que eles estão tirando os ossos e tão fazendo esse festival todinho, né, botando Alcântara pro mundo, porque tu vai lá na internet [...] Tem os dinossauros, tá tudo lá, mas não tem dizendo, não mais ali do outro lado, bem ali, tem tantos quilombolas que moram lá e que a situação deles é essa, não tem. E foi isso que eu fui conversar com ela, só que eu não me identifiquei, só cheguei e fiz uma pergunta a ela, sentou e me falou assim, que tem uma integração com a comunidade [...]. Mas a senhora tá falando do mesmo lugar que eu to vindo que é a Ilha do Cajual, aí ela sacou, né, aí ela já ficou (inaudível) porque eu vim aqui falar com a senhora justamente pra entender esse trabalho que vocês desenvolvem, essa coisa da comunidade e o projeto da Universidade. Porque a comunidade tá lá e o que se percebe lá é a extrema pobreza. A Ilha tem dificuldade, tem dificuldade com alimento [...] (entrevista realizada em 05/01/2007).

A forma como a pesquisa com fósseis foi desenvolvida deixou na comunidade a sensação de ter sido lesada, isto ficou bem claro, várias vezes, durante conversas com os moradores, pois praticamente todos disseram a mesma coisa: que eles vinham, pegavam as

²⁷ Nomes locais para espécies de mariscos.

²⁸ Trata-se, na verdade, do Bairro da Praia Grande, localizado no Centro Histórico de São Luís. Atualmente, as pessoas estão adotando o nome de Reviver para se referir ao bairro, no entanto, Reviver foi o nome do projeto que revitalizou essa área.

informações, os ossos e não davam retorno nenhum para comunidade. Podemos perceber isto, por exemplo, no comentário que dona Vanda fez em relação à possibilidade de dona Rosa nos fornecer uma entrevista:

Ela disse que não concede mais entrevista a não ser que paguem a ela, pois ela tá cansada de dar entrevista e não vê retorno nenhum, não sabe nem por onde estão as informações que eles pegam e a comunidade não tem nenhuma informação dos pesquisadores. Que eles estão é ganhando em cima das informações que a comunidade concede (conversa informal registrada no caderno de campo).

Outra fala de uma jovem da Ilha chamada Francilene também demonstra muito bem essa sensação: “o povo de fora vem só pra tirar a nossa riqueza e não traz nenhum benefício pra comunidade” (conversa informal registrada no caderno de campo). Essas experiências anteriores com pesquisadores dificultaram muito o nosso trabalho. Pois, embora tenhamos conseguido, ao longo das cinco etapas de trabalho de campo na comunidade, o voto de confiança de alguns moradores da Ilha, outras pessoas que poderiam nos fornecer informações importantes permaneceram extremamente fechadas.

Parece que, ao desconsiderar a comunidade, algumas pesquisas e algumas tentativas de implantação de projetos não gerados conjuntamente com a comunidade, que certos agentes tentaram implementar na Ilha, foram traumatizantes para Santana dos Pretos. Nesse sentido, podemos compreender as desconfianças de alguns moradores e da própria dona Vanda ao nos encontrar pela primeira vez, como colocamos na introdução.

Dos projetos, até hoje desenvolvidos, o único que a comunidade lembra até com saudade é o Projeto Esatur - Educação, Saúde e Turismo. Criado, em 1997, através da Assessoria de Interiorização, vinculada a Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UFMA, visava possibilitar a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas através de ações integradas de saúde, educação, produção e turismo. O Projeto abrangia algumas comunidades de Alcântara, dentre elas a Ilha do Cajual que, através do Esatur, conseguiu a única escolinha de primeira a quarta série, que na época possuía energia solar (hoje está desativada) e um poço artesiano. Outro projeto que beneficiou a comunidade foi elaborado pela ACONERUQ que conseguiu o recurso para a compra de uma máquina de beneficiamento de coco babaçu.



Figura 29: Escolinha da comunidade
Fonte: Maiâna Maia

Quanto aos outros projetos desenvolvidos na Ilha temos informação de um projeto que visava a implantação de energia solar, que a comunidade não aceitou, devido a experiência com o mecanismo²⁹. Segundo nossos informantes, os custos para a manutenção do equipamento são muito elevados. Existe outro projeto para levar a energia elétrica convencional, mas este foi barrado devido à necessidade de instalação de um cabo que ficaria bastante alto, prejudicando o tráfego de eventuais aviões e, por baixo d'água, o valor do cabo necessário para isto ficaria bastante elevado, tornando o projeto inviável. Devido a tudo isso, o processo está parado e a máquina de beneficiamento do coco babaçu, que conseguiram há algum tempo com a ACONERUQ já perdeu a garantia e continua parada.

A Associação Maranhense para a Conservação da Natureza – AMAVIDA está reestruturando a Estação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre Ilha do Cajual, criada em 1994. Esta base, localizada em frente à praia, serve de apoio aos pesquisadores que desenvolvem trabalhos na Ilha. Em seguida, pretende implementar, juntamente com a ONG Fábula, um centro social de estudos e pesquisa de permacultura³⁰.

²⁹ O sistema de energia solar colocado na escolinha da Ilha hoje não funciona devido a problemas com o equipamento e a ausência de alguém especializado para arrumar.

³⁰ De acordo com o projeto das ONGs citadas, a implantação de um centro de estudo e pesquisa de permacultura intenciona impulsionar a implantação de um método novo de produção que considere os ciclos naturais. Através do cultivo integrado das novas plantas e animais de uso, por meio da permacultura (plantas e animais sendo parte da corrente de alimentação uns dos outros), no ecossistema existente, espera-se criar um ciclo de vida e produção



Figura 30: Estação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre Ilha do Cajual
Fonte: Maiâna Maia

Outro projeto em vias de implantação é o Projeto Agência Quilombola de Turismo Receptivo de Alcântara que está vinculado à ACONERUQ e é resultado do Consórcio Social da Juventude Quilombola de Alcântara que já possibilitou um curso de formação de quatro meses em turismo, artesanato, informática e agricultura para diversos jovens da cidade e povoados do interior. O Projeto encontra-se em Brasília esperando aprovação para financiamento. Pretendem inserir a Ilha em seus roteiros ecoturísticos.

Quanto às pesquisas desenvolvidas na Ilha, levantamos informações sobre uma pesquisa em genética com a população do Cajual (pesquisadores da UFMA) que tinham como tema a caracterização sócio-genética da população de Cajual e como objetivo caracterizar grupos sociais humanos com base em processos genéticos e estudos evolutivos. Este projeto era coordenado pelo professor doutor em genética Murilo Sérgio Drummond, do Departamento de Biologia da UFMA, mas participaram também o professor Silvio Gomes Monteiro e três alunos de biologia da UFMA e um do CEUMA, sendo que um destes estudantes estudaria exclusivamente a população negra da Ilha para saber de qual área da África são originários e averiguar se estes são de fato quilombolas. Essa pesquisa foi muito criticada, pois desconsidera os estudos antropológicos desenvolvidos até hoje, tentando identificar os ditos descendentes de escravos através do DNA.

Houve também uma expedição científica “Em busca dos dinossauros” do Museu Nacional do Rio de Janeiro, com vínculo com a UFRJ. Foi coordenado por Sergio Alex de Azevedo. De acordo com informações vinculadas na internet e também comentadas durante

conversas com os moradores da Ilha houve muita polêmica e mal entendido entre os pesquisadores da UFRJ e os da UFMA.

3. 4 Populações tradicionais e natureza: a possibilidade de uma convivência harmoniosa

Renata Sant'Anna (2003) nos coloca que o ponto de maior divergência no processo de discussão do SNUC diz respeito à presença ou não de populações humanas nas unidades de conservação. O conceito de população tradicional deveria, inclusive, integrar um dos dezenove conceitos no artigo 2º da Lei nº 9.985. Havia a preocupação de limitar a presença humana em unidades de conservação a partir da definição. Afinal quem seriam as populações tradicionais? Desta forma, devido à impossibilidade de um consenso, naquele momento, e à urgência em aprovar a lei, optou-se pelo veto da definição.

Somente sete anos após a aprovação da lei do SNUC, temos uma definição oficial do que são as populações tradicionais. Isto se deu através do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, no seu artigo 3º parágrafo I, que diz serem considerados povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No entanto, uma questão ainda não superada em relação às populações tradicionais, apontada por diversos autores³¹, diz respeito à noção subjacente a esse conceito de que estas populações são essencialmente conservacionistas. E, nesse sentido Cunha & Almeida (2001) nos lembram que o ambientalismo pode designar um conjunto de práticas e pode referir-se a uma ideologia, havendo, portanto, três situações diferentes que podem vir a ser confundidas quando se usa um único termo para designar as três: primeiro pode-se ter a ideologia sem a prática; segundo, podem existir práticas sustentáveis como cosmologia (o que ocorre nas sociedades indígenas); e, em terceiro, pode-se ter práticas culturais sem a ideologia (enquadrando-se aqui as ditas populações tradicionais).

Além disso, como já observara Gómez-Pompa & Kaus (2000, p. 143):

³¹ Diegues (1996, 2000); Colchester (2000); Gómez-Pompa & Kaus (2000); Cunha E Almeida (2001); e etc.

O ponto, aqui, não é criar um novo mito ou cair na armadilha do “selvagem ecologicamente nobre” (Redford, 1990). Nem todos agricultores ou criadores são sábios ou conservacionistas não reconhecidos. Entretanto, é possível encontrar no setor rural indivíduos que dependem diretamente da terra para a sua subsistência física e cultural. E, dentro desse grupo de indivíduos existe um conjunto de conhecimentos sobre aquele terreno, um conjunto de êxitos e fracassos que deve ser levado em conta nas nossas avaliações ambientais [...].

No caso de Santana dos Pretos, eles parecem ter uma relação bastante prática com o meio ambiente. Extraem seus produtos e cultivam a terra para daí tirar o sustento da família. Utilizam-se da queimada para limpar o terreno, caçam animais para o consumo familiar, pescam, catam, mais raramente, o caranguejo no período de reprodução e praticam a queimada para a limpeza do solo, além disso, criam bois e porcos na Ilha. E estas práticas não têm gerado grandes impactos sobre o meio ambiente.

As atividades praticadas pelo povoado parecem estar dentro de um limite aceitável, dentro do qual a natureza consegue se regenerar. Afinal, a caça, quando é apenas para consumo familiar, não interfere de forma tão drástica na cadeia alimentar. Com relação aos caranguejos também temos que levar em consideração que eles não os catam para comercializar, mas apenas para consumo próprio e, como falamos são poucas as pessoas que os catam. Os caranguejos não fazem parte da dieta alimentar da maioria dos habitantes da Ilha.

Além disso, precisamos observar que a comunidade de Santana dos Pretos é formada por seres vivos que também fazem parte de uma cadeia alimentar e que precisam, para garantir sua própria sobrevivência, do alimento que encontram na natureza. Não podemos resguardar os animais selvagens e esquecer que também homens necessitam sobreviver e que também eles precisam de cuidados e da aplicação das leis para garantir, além da manutenção da vida, sua reprodução social e cultural.

Desta forma, em relação a essencialidade das populações tradicionais enquanto conservacionistas, podemos dizer que, na verdade, ocorre que o modo de vida dessas populações foi construído ao longo das gerações de forma harmônica aos processos naturais e, devido isso, normalmente suas práticas não têm grandes efeitos degradantes sobre a natureza. Como Colchester (2000, p. 239) fala:

Em geral, as comunidades tradicionais desenvolveram formas de vida marcadamente sintonizadas com seu ambiente local. Muitos habitats ocupados por essas comunidades são menos modificados e degradados que as áreas adjacentes. Uma vez que são constantemente orientados para a autossuficiência e, de maneira secundária, para a geração de excedente comerciável, suas economias e tecnologias tradicionais são, em geral, ambientalmente apropriadas. Sua longa associação com seus territórios resultou no desenvolvimento de uma forte ligação com suas terras,

expressa pela lei consuetudinária, pelo sistema simbólico e pelo conhecimento detalhado dos recursos naturais.

Queremos destacar também o fato de que a intensidade da degradação ambiental está mais relacionada aos modos de produção do que exatamente à presença ou não de populações. Como fala Gómez-Pompa & Kaus (2000, p. 133):

[...] A questão não se refere simplesmente à presença ou densidade dos humanos, mas aos instrumentos, tecnologias, técnicas, conhecimento e experiência que acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade. [...] Os sistemas modernos de produção possuem tecnologias avançadas, desde fertilizantes químicos até represas hidroelétricas, que são externos do meio ambiente local. Essas tecnologias têm potencial de impor sobre o meio ambiente transformações irreversíveis e imprevisíveis pelo conhecimento tradicional [...].

Além disso, uma questão importante é que não é possível às populações tradicionais manterem seu modo de vida pouco impactante se estas não tiverem condições mínimas de reprodução de suas práticas culturais e autonomia em sua economia. Como fala dona Vanda “as terras (da Ilha) estão fracas, mas eles só podem limpar o terreno queimando, não têm outra forma” (conversa informal registrada no caderno de campo). Como podemos perceber, ela sabe que há, provavelmente, a necessidade de alterar as ações em relação às terras que servem à plantação, mas eles não têm condições para tomar as medidas mitigadoras necessárias. O problema, como já falamos, não é necessariamente praticar a queimada para limpar o terreno, mas a intensidade com que isso vem sendo feito. Pois, como fala Cunha & Almeida, “[...] para conservar recursos, uma sociedade não necessita evitar completamente a predação, basta que a mantenha sob limite” (2001, p. 188).

E, dando continuidade ao comentário de dona Vanda citado acima, ela fala lembrando das visitas de fiscalização à Ilha pelo IBAMA: “eles dizem que não pode matar, fazer isso ou aquilo, mas eles dizem isso mas não dão recursos, ninguém gosta de carregar pau no sol quente, as pessoas só fazem porque precisam”(conversa informal registrada no caderno de campo). Essas duas falas de dona Vanda nos remetem a uma contradição em relação na política ambiental do Estado brasileiro, observada por Gómez-Pompa & Kaus (2000, p. 131):

[...] Mesmo tendo a evidência de que são nossos próprios interesses externos os principais responsáveis pela maior parte do desflorestamento tropical, nós continuamos a pôr a culpa na pobreza e nas práticas agrícolas do setor rural, quando eles são apenas os sintomas visíveis de problemas muito mais profundos [...].

Mas, para finalizarmos essa discussão, queremos fazer uma última observação em relação às populações tradicionais e a sua relação com a natureza, que acreditamos, seria melhor pensada como uma relação com o território. De acordo com Cunha e Almeida (2001), no início, a categoria população tradicional congregava apenas seringueiros e castanheiros da Amazônia. No entanto, ela foi sendo habitada por diversos outros grupos, como babaqueiras e quilombolas, sendo comum a todos esses grupos o fato de terem um histórico de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. E, além disso, estarem dispostos a prestar serviços ambientais em troca do controle sobre o território.

Isto ficou evidente na comunidade de Santana dos Pretos quando observamos os dois processos que foram abertos nos anos de 2002, no IBAMA, e 2003, na FCP. O primeiro reivindicando a implantação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que transformaria a Ilha numa Reserva Extrativista, a Reserva Extrativista da Ilha do Cajual e o segundo que reivindicou o território como quilombola³². A preocupação maior não é em desempenhar uma ação conservacionista, embora, como já falamos, provavelmente ocorra a conservação como uma consequência lógica do modo de vida da comunidade, mas em manter o território, como reafirma Gómez-Pompa & Kaus, “(...) A conservação talvez não esteja presente no vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento com o mundo da natureza.” (2000, p. 130).

3. 5 Mecanismos de luta pela terra

Como colocamos acima os mecanismos acionados foram o pedido de criação uma Reserva Extrativista e o reconhecimento de remanescente de quilombo. Nesse sentido, torna-se oportuno agora tentarmos compreender esses mecanismos e as categorias a eles subjacentes, quais sejam, população tradicional e remanescente de quilombo, respectivamente.

³² Essa questão será melhor trabalhada no próximo capítulo.

A Reserva Extrativista

Como vimos, as Unidades de Conservação surgem no mundo com a idéia subjacente de que o homem ao relacionar-se com a natureza necessariamente irá degradá-la, devendo-se, para preservá-la, excluir o homem do seu meio. No entanto, ao longo dos anos essas concepções preservacionistas foram sendo repensadas e outras concepções e visões da relação sociedade/natureza foram sendo construídas e ganharam força. Assim, apesar das inúmeras unidades de conservação que têm como modelo o parque de Yellowstone presentes no Brasil, começou-se a pensar um Sistema de Unidades de Conservação que congregassem também outras modalidades.

Nesse processo, um fato importante é a invenção do tipo de unidade de conservação chamada de Reserva Extrativista. Esse modelo só existe atualmente na legislação brasileira graças às pressões de setores da sociedade e de grupos como os seringueiros, hoje chamados de populações tradicionais. Nesse tipo de reserva, o objetivo é a conservação do meio ambiente atrelado à conservação de um modo de vida tradicional.

Depois de vinte anos de muitas discussões, foi aprovada a Lei nº 9.985, de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Nela, são estabelecidos critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Segundo o SNUC, uma unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Essas unidades de conservação possuem, dentre outros³³, os seguintes objetivos: Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Como não pretendo aqui discutir as várias categorias de Unidades de Conservação, farei apenas uma breve apresentação, me atendo mais à categoria Reserva Extrativista –

³³ Coloco aqui somente os objetivos que vão ao encontro com a discussão que pretendo realizar nesta pesquisa.

RESEX - que é a que nos interessa no momento. De acordo com o SNUC, as Unidades de Conservação dividem-se em dois grandes grupos:

1) Unidades de Proteção Integral – cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, com a exceção dos casos previstos na lei. É composto pela: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Cabe lembrar que cada categoria possui objetivos e características específicas.

2) Unidades de Uso Sustentável – que têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável³⁴ de parcela dos seus recursos naturais. Este grupo é composto pela Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A Reserva Extrativista é, portanto, uma Unidade de Conservação do grupo de uso sustentável. Com relação à Resex, no seu artigo 18, a Lei de Criação do SNUC diz:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A Resex é de domínio público, sendo apenas o uso concedido às populações extrativistas e, caso existam áreas particulares em seu interior, estas devem ser desapropriadas. São proibidas práticas de mineração e caça amadorística e profissional. As demais regras, não previstas em lei são de ordem específica a cada unidade de conservação, regidas pelo plano de manejo da reserva, que é elaborado com a ajuda dos técnicos do IBAMA e pela própria comunidade, que é responsável pela fiscalização e implantação do mesmo.

Nesse sentido, podemos compreender o porquê da desconfiança de dona Vanda quanto à efetiva legalização que a reserva traria em relação à posse da terra. Ela passaria a ser apenas concedida pelo Estado e, segundo alguns depoimentos, eles não confiam no Estado.

³⁴ Entendendo por isto a exploração do ambiente de maneira garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável.

Remanescentes de Quilombos

A Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegura o direito ao território aos remanescentes de quilombo. O artigo diz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A Lei, no entanto, não é muito clara, deixando muitas questões em aberto e, por isso, sofrendo muitas críticas.

Pelo Decreto nº 3.912/01, cabe à Fundação Cultural Palmares³⁵, que tem a finalidade de promover a cultura negra e suas várias expressões no seio da sociedade brasileira, a responsabilidade de identificar as terras suscetíveis de reconhecimento e demarcação e emitir parecer conclusivo. Este parecer é submetido ao Ministro da Cultura e homologado por decreto presidencial.

Art. 1º Compete a Fundação Cultural Palmares – FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.
Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que:
I – eram ocupadas por quilombos em 1888; e
II – estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988.

Ou seja, somente serão reconhecidas as propriedades das terras que eram ocupadas por quilombos em 1888 e aquelas que estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988. Mas, segundo a antropóloga Leinad Ayer de Oliveira “As transformações sociais que dão significado à história dificilmente têm um começo definível, e as datas, na compreensão dos processos históricos, têm uma função meramente didática” (OLIVEIRA, Apud SUNDFELD, 2002, p. 71).

Além disso, o próprio conceito de quilombo ainda hoje é discutido. Ele data do período colonial quando se entendia quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (CONSELHO ULTRAMARINO, Apud SUNDFELD, 2002, p. 77). Para a Associação Brasileira de Antropólogos, quilombo é “toda comunidade negra rural que agrupe

³⁵ A Fundação Cultural Palmares – FCP é uma fundação do governo federal, autorizada pela Lei nº 7.668/88 e pelo Decreto nº 418/92, vinculada ao Ministério da Cultura.

descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (ANDRADE; PEREIRA; ANDRADE, Apud SUNDFELD, 2002, p. 77). como podemos perceber o primeiro não consegue abarcar uma série de situações especiais constatadas por estudiosos da área como o caso específico dos quilombos de Alcântara, estudado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida (2006).

De acordo com este antropólogo, outros fatores devem ser considerados na identificação destes grupos como: a autonomia do grupo; a identidade coletiva que pressupõe a permanência dos traços culturais e habitacionais ao longo das gerações; a auto-identificação, ou seja, a construção social inerente àquele grupo; e a territorialidade que diz respeito à forma que o grupo molda os espaços em que vive. Tendo em vista, portanto, estas características, no que diz respeito à emissão do título da terra, torna-se interessante que a mesma seja coletiva e auferida a uma associação já que nesta preponderam as pessoas que a formam.

4 SANTANA DOS PRETOS E SEUS MECANISMOS DE LUTA PELA TERRA

4.1 A disputa pela terra

No Cartório de Alcântara, embora não tenhamos conseguido fazer o levantamento dos proprietários de lotes de terra da Ilha, fomos informados que, de fato, existem muitos lotes registrados neste cartório pertencentes a diferentes pessoas.

De acordo com dona Vanda, temos as seguintes localidades: Jussaral (não tem morador), Cacimba (onde fica a casa da AMAVIDA), Jacaré, Vila Nova que pertencem aos Franco de Sá; Tijuca, pertencente à família Soares; Santana, João da Costa, Caratatiua e Carro Quebrado (não têm morador), pertencentes ao senhor Zé Negreiro; Itaúna, que pertence ao senhor Zacarias; Cajual, pertencente ao senhor Pereira; Capim-Açú, que ela não identificou o proprietário. Mas segundo levantamento feito por Noranha (2001) existe, ainda, além destas citadas, a localidade de Bacurizeiro.

Essas localidades encontram-se bem próximas umas das outras, constituindo, assim, comunidade de Santana dos Pretos. Cada lote, pelo que pudemos observar, corresponde a uma localidade que recebe certo nome, podendo existir ou não moradores que em sua maioria não são os detentores do título da terra. Os proprietários dos lotes, segundo nossos informantes, já não visitam suas terras há muitos anos.

No entanto, um problema apontado por nossos informantes diz respeito aos proprietários das terras, pois, segundo eles, há algum tempo esses proprietários chegaram a expulsar algumas pessoas de suas terras. Há relatos também de que um desses proprietários ameaçava com armas as pessoas que passavam pelas suas terras, capturando qualquer coisa que se retirasse das proximidades de suas terra como peixe, madeira e etc. dizem que esta pessoa é extremamente violenta. Em entrevista com o Borges, ele já apontara esse problema:

[...] Porque a Ilha do Cajual, são 6 mil hectares, mas ela é um mosaicozinho, toda recortada, e a comunidade tem problema lá com um fazendeiro de São Luís, tem um tal de Pereirão, que é um sujeito da polícia civil, que já mandou atirar em gente, que tem, parece até que tem suspeita que já mataram gente lá dentro da Ilha... (entrevista realizada em 05/01/2007).

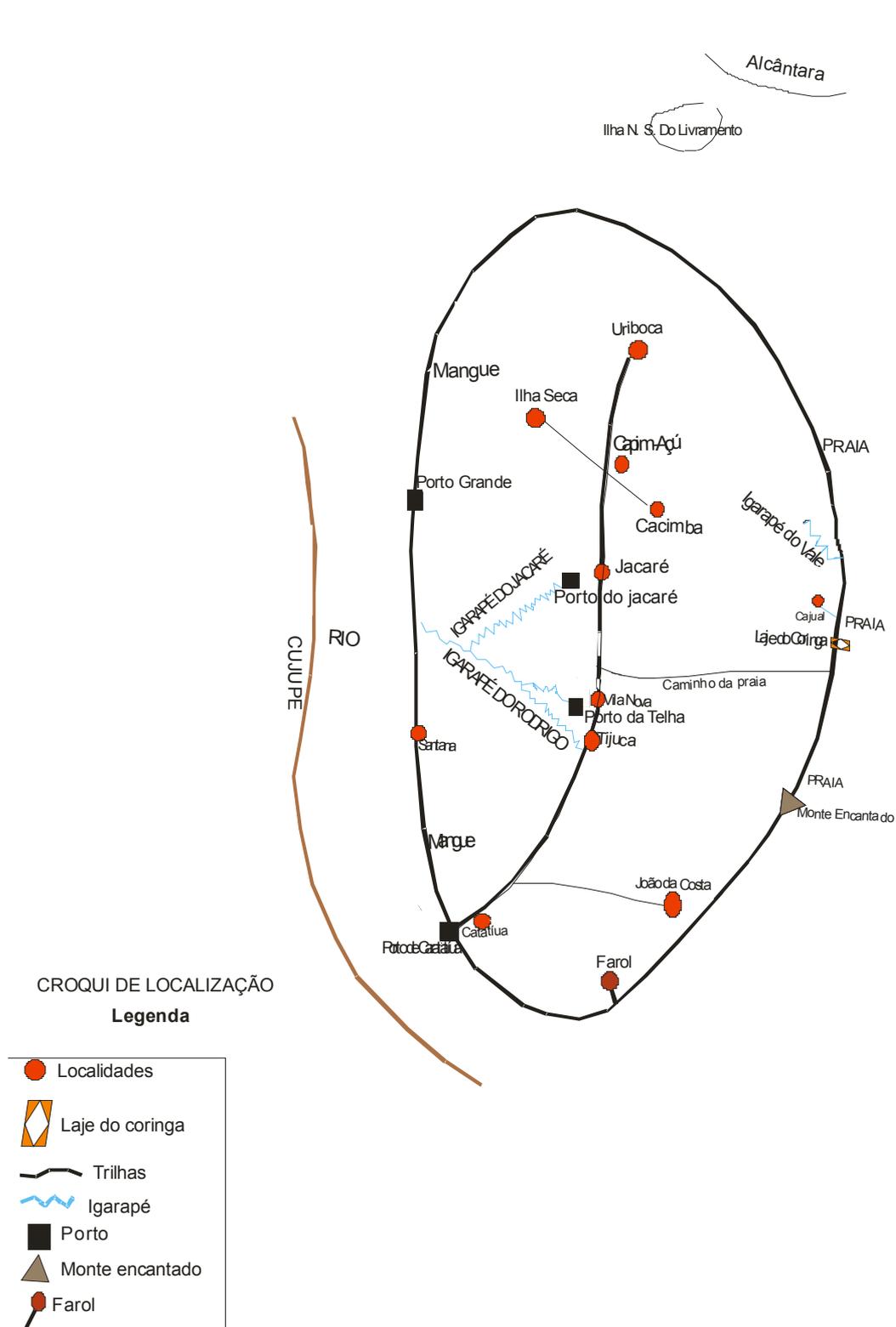


Figura 31: Croqui da Ilha
Fonte: Maiãna Maia

Mas segundo nossos informante, atualmente, esses proprietários não visitam suas terras, alguns moram em outros estados e há anos não pisam na Ilha. O lote do senhor Pereira, Cajual, aparece na fala dos nossos informantes como se não pertencesse à Ilha. Nesse sentido, o conflito que havíamos percebido com relação a estes parece estar latente, tendo sido também mais intenso em relações a dois destes proprietários: o senhor Pereira e o senhor Manuel Coelho ou Manuel Orelha, como é também conhecido, mas mesmo em relação a esses dois parece não estar tão vivo atualmente.

Pelo que pudemos observar, esses conflitos foram mais expressivos há alguns anos e com o correr do tempo as pessoas que moravam nas terras do senhor Manuel Coelho saíram todas e atualmente também as pessoas que moram na Ilha dizem que não andam mais pelas terras do Pereira. Existem ainda casos em que há certa comodidade entre os moradores e os donos, pois alguns moram, inclusive, em terras de parentes. Há algum tempo atrás eles pagavam foro, mas hoje não existe mais essa prática.

No entanto, de acordo com Borges, quando questionado sobre a urgência de se resolver essa questão da terra, ele nos colocou:

Bom, na verdade, a reunião que eu tive com eles [...], eles se mostram interessados de que seja resolvido a questão da terra, porque é ruim pra eles a relação deles no uso com a das pessoas que tem as terras, porque lá existe conflito sim, existe um conflito, inclusive, um conflito assim de, de você entrar na terra e levar um tiro. E esse Pereirão é um terror, então, existe sim esse conflito e existe esse desejo de que essa situação seja resolvida, só que como eu falei pra vocês no começo, nosso povo é muito, muito [...], são muito desinformadas, e por ser desinformadas as pessoas, às vezes, têm muito medo de enfrentar, porque enfrentar um cara com um currículo que tem esse rapazinho, que é que diz que é matador de gente aí, né, manda matar e tal... não, mas é essa a informação que agente sabe dele, e todas as informações desse rapaz é só nesse sentido que ele é uma pessoa violenta, que ele utiliza esse cargo dele, que ele tinha aí, não sei se tá aposentado, e pra poder, sabe, está hostilizando as pessoas. Então, essa situação é complicada. Agora que a comunidade tem um desejo sim que isso seja resolvido, imagina você a oportunidade de ta na Ilha do Cajual, que é uma Ilha coberta de palmeira, uma Ilha coberta de palmeira, tem muita coisa ali pra ser feita, pra extrair e imagina você a comunidade com aquilo na mão, né, aqueles seis mil hectares, aqueles seis mil hectares de terra na mão [...] (entrevista realizada em 05/01/2007).

Há um desejo de possuir o título da terra, pois buscam uma garantia de que não serão expulsos e de que poderão continuar a usufruir dos recursos naturais que ancestralmente utilizam para a manutenção de suas necessidades. Essa insegurança, atribuímos ao fato de terem consciência de que existem pessoas detentoras do título da terra mesmo que estas, no momento, não façam valer seu direito de posse e às lembranças dos conflitos com alguns desses proprietários em que algumas pessoas chegaram a receber prazos para saírem da terra.

Outro fator que deve ser considerado também é o histórico de deslocamentos compulsórios³⁶ de várias comunidades negras rurais de Alcântara por ocasião da instalação da Base de Lançamento de Foguetes.

Além disso, temos a influência de agentes externos, no caso do pedido da Resex, Gabriela Noronha que coordenava o Projeto Esatur, e no pedido de reconhecimento como quilombola, Borges da ACONERUQ, que incentivaram a comunidade a buscar esses mecanismos legais para assegurar a posse da terra, pois, como fala Borges, o documento comprobatório da posse da terra é fundamental no processo de captação de recursos para desenvolver projetos na comunidade que possam contribuir para o desenvolvimento da mesma:

[...] aí entra muito essa questão mais que eles perguntam assim vocês só lutam por terra, bom nós lutamos pela garantia da terra, a terra nós já temos, agora a garantia da terra nessa sociedade que agente vive tá baseada que agente precisa ter um documento pra dizer que aquela propriedade é nossa.[...] Porque tem algumas ações que só podem ser feitas se tiver um papelzinho comprovando lá que comunidade tal né ela tem um papel dizendo que aquela comunidade é titulada, e isso é um complicador muito sério[...] (entrevista realizada em 05/01/2007).

Trabalharemos esses mecanismos mais a frente, por enquanto cabe saber como os mesmos surgiram para a comunidade de Santana dos Pretos.

4. 2 O pedido de criação da Reserva Extrativista da Ilha do Cajual

De acordo com o que dona Vanda nos relatou a idéia de implantação de uma Reserva Extrativista surgiu em 2002. Partiu da coordenadora do Projeto Esatur, na época estudante de turismo da Universidade Federal do Maranhão, Gabriela Noronha. Ela teria levado uma pessoa do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT do IBAMA para conhecer a Ilha e também teria levado alguns moradores para conhecer a Reserva Extrativista de Frechal³⁷. Dentre as palestras realizadas pelo Esatur, eles teriam incluído uma palestra sobre Reservas Extrativistas e as pessoas que

³⁶ Almeida define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos” (1996, p. 30).

³⁷ O Quilombo de Frechal foi transformado em Reserva Extrativista pelo Decreto Federal nº 563, de 20 de maio de 1992. Está localizado no município de Mirinzal, na região da Baixada Ocidental maranhense.

participaram destas atividades, animadas com a idéia, assinaram um abaixo-assinado solicitando ao IBMA a criação da Reserva Extrativista da Ilha do Cajual, mas, segundo dona Vanda, eles não informaram à comunidade que eles teriam apenas o uso das terras concedido³⁸.

Interessante destacar que os moradores (pudemos conversar com pessoas de localidades variadas como Jacaré, Capim-Açú, Vila Nova, Tijuca e Caratatiua, jovens e idosos, não sabiam informar sobre esta questão. Alguns apenas disseram que quem sabia destas coisas era a Vanda, ou então, respondiam com um huum e não falavam mais nada. A única pessoa, além de dona Vanda, que conversamos sobre a Reserva e soube dar alguma informação foi a senhora Maria do Joãozinho que foi uma das pessoas do grupo de dez que visitou a Reserva Extrativista de Frechal. Mas, mesmo ela, nos informou pouco, disse apenas que eles (o grupo que visitou) gostaram muito de Frechal, que tinham sido muito bem tratados lá, que disseram que seria bom pra eles (à comunidade de Santana dos Pretos) e que, então, entusiasmados, assinaram o abaixo-assinado solicitando a Reserva Extrativista. Agora, no entanto, ela não sabia como estava esta história e que disseram, depois, que não seria mais bom a reserva. Isto deve ter ocorrido, provavelmente, quando surgiu a idéia de reivindicação do território quilombola.

Segundo Borges, a comunidade teria sido induzida a fazer o pedido:

É, no que tá relacionado a criação da Reserva, não é discussão pelo Movimento, nem discussão pela comunidade. A comunidade que foi na verdade induzida a assinar um documento solicitando que gostaria que fosse transformado lá em Reserva. É um documento meio que...[...] é esse modelo que aí Frechal, hoje, já tá pedindo pra sair desse modelo, porque a comunidade fica engessada. Esse documento que tem... na verdade eu nem sabia que tinha esse documento. Eu fui descobrir que tinha documento numa discussãozinha lá em Brasília, que me disseram: “não Borges, mas a Ilha do Cajual existe um documento solicitando que se seja transformado em Reserva, não é invenção nossa, é a comunidade que solicitou.” Digo, a comunidade? “A comunidade Borges.” A comunidade discutiu isso com quem? Quando? Aí quando eu fui na comunidade, que aí a Vanda foi me explicar quem era que tinha ido lá, tá, que aí fizeram essa discussão, tá, que mandaram as pessoas assinar. É esse documento que tem lá, entendeu? Agora discussão mesmo não tem, engraçado, a discussão ela tá mais do lado de cá de que propriamente dentro comunidade. O próprio Ministério do Meio Ambiente tá fazendo essa discussão de que vai criar a Reserva, vai fazer a Reserva, mas a comunidade não tá participando dessa discussão (entrevista realizada em 05/01/2007).

Como podemos observar, a Resex foi uma alternativa levada de fora, aceita pela comunidade, que desejava garantir o direito de permanência no local onde moravam, uma vez

³⁸ No SNUC consta que as terras declaradas como Reserva Extrativista pertencem a união e às populações tradicionais têm apenas a sua concessão de uso.

que o título da terra pertencia a outras pessoas e que algumas destas os ameaçavam. Então, quando surgiu a idéia da Reserva, eles viram a possibilidade de resolver a questão. Aí, eles, mesmo sem compreender o que era uma Reserva Extrativista, muito menos, como ela funcionava, abraçaram tal idéia. É o que podemos perceber na fala de Vanda: “o povo quer é ficar sossegado, não é nem melhorar de vida, porque a pessoa vem e diz vocês tem vinte e quatro horas pra sair” (conversa informal registrada no caderno de campo), lembrando de um fato já ocorrido na comunidade.

Mas, atualmente, a líder comunitária considera que será melhor o reconhecimento como remanescente de quilombo do que a Reserva Extrativista. Como ela disse: “tem mais sentido mesmo essa história do Borges” (conversa informal registrada no caderno de campo). Isto porque acreditam que, como remanescentes de quilombo, obterão o título da terra e não apenas a sua concessão de uso.

4.3 A reivindicação de remanescentes de quilombo

Na época em que surgiu a proposta de uma Reserva Extrativista na Ilha, eles não tinham informação alguma sobre a possibilidade de reivindicação da terra através do pedido de reconhecimento como remanescentes de quilombo, somente um ano depois, em 2003, surgiu através, do Borges da ACONERUQ, a informação sobre a possibilidade de reivindicação do reconhecimento da terra como território quilombola.

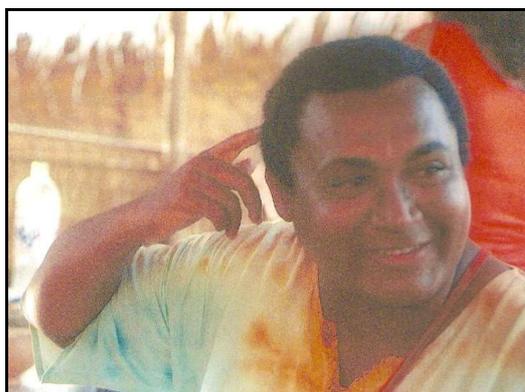


Figura 32: Borges ou Borjão como é conhecido
Fonte: João Roberto Ripper

Segundo dona Vanda, foi ele quem falou que a comunidade de Santana dos Pretos se caracterizava como quilombola, que a Reserva Extrativista não servia para eles e que a

partir de então tomou as providências para o reconhecimento da mesma como remanescentes de quilombos. Aqui, é interessante observarmos que as categorias remanescente de quilombo e população tradicional, que aparecem com o pedido da Reserva, não são deles, elas chegam a eles por agentes externos e isso pode nos ajudar a compreender o porquê das pessoas da comunidade não saberem falar a respeito desses processos, já em andamento há alguns anos.

Pois, assim como no caso da Reserva Extrativista, também sobre o pedido de reconhecimento como quilombola as pessoas parecem não ter informação, embora dona Vanda tenha nos informado que Borges fez algumas reuniões na comunidade. Sobre esta questão, uma fala do Borges nos dá algumas pistas para a compreensão do que houve de fato em Santana quanto à história da Resex e à reivindicação quilombola:

Falando sobre movimento mesmo, falando da questão da Ilha, né, da terra e por conta desta questão que tem que alugar, tem que gastar e é meio complicado, mas as pessoas da Ilha, elas participam do movimento aqui, a Vanda, né, tem uma série delas que participam aqui do movimento. E essa discussão da certificação, né, enquanto comunidade quilombola, a comunidade participou da reunião, eu fiz umas duas reuniões lá na comunidade, daí a comunidade tá consciente (entrevista realizada em 05/01/2007).

O acesso à Ilha é bastante complicado e, por conta dos recursos necessários, o movimento não consegue chegar à maioria e repassar as informações. Como Borges disse, apenas duas reuniões foram feitas até hoje, além disso, em outro trecho da entrevista, ele diz que, do movimento, apenas ele conhecia a Ilha, o que é insuficiente para a compreensão de uma discussão que há décadas vem sendo realizada e só recentemente parece estar colhendo os frutos perante a sociedade.

Como constatamos, de fato, a pessoa mais informada sobre estas questões é dona Vanda que participa do movimento em Alcântara. Todavia, o processo está bastante adiantado, a Fundação Cultural Palmares já reconheceu a comunidade de Santana dos Pretos como remanescente de quilombo e só falta a demarcação das terras, que deve ser realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

4. 4 Resex ou quilombo?

Mas como compreender esses dois pedidos: o de implantação de uma Reserva Extrativista e o reconhecimento do território quilombola? Essa foi uma das questões que mais

nos incomodaram durante a pesquisa, afinal como poderia existir oficialmente esses dois processos no nome da comunidade sem que todos, ou pelo menos a maioria da comunidade, tivesse plena consciência do seu significado, como ocorreu em Santana dos Pretos? Nesse sentido, ao longo da pesquisa de campo e confrontando isso com experiências de outros pesquisadores dessa área, a questão foi clareando e agora conseguimos, senão compreender todo o processo, mas, pelo menos, apontar algumas pistas.

Em primeiro lugar, precisamos compreender que, embora os moradores de Santana não estejam isolados, os agentes têm dificuldades de acesso a Ilha e isso prejudica o intercâmbio de informações entre os agentes que levaram as propostas e, assim, a possibilidade de mais discussões na comunidade que pudessem esclarecer os moradores, como aparece na fala de Borges “[...] assim, te sendo bastante sincero, nosso contato com a Ilha do Cajual, ele é um contato, ele não é um contato diário, não dá pra ser! Do movimento quem já foi lá na Ilha foi eu” (entrevista realizada em 05/01/2007)

Pois, como dissemos, o movimento negro na Ilha realizou apenas duas reuniões até hoje, e segundo o Borges, somente alguns participam do movimento, em Alcântara. No caso do IBAMA, que é o responsável pela discussão da Reserva, o mesmo também encontra dificuldades, pois a demanda por Reservas Extrativistas, no Maranhão³⁹, atualmente, é grande e, segundo seus analistas ambientais os recursos para o desenvolvimento dos trabalhos são mínimos.

Isto evidencia a importância da pessoa que representa a comunidade, uma vez que caberá a esta pessoa a responsabilidade de fazer a ligação entre estes agentes e toda a comunidade. Em Santana dos Pretos esta pessoa é dona Vanda. Ela é a pessoa a quem a comunidade delegou autoridade para representar seus interesses. Como coloca Bourdieu (2006, p. 15): “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.”

Outro aspecto que deve ser considerado, como já falamos, é o fato das categorias população tradicional e remanescente de quilombo serem categorias externas que carregam consigo uma série de pressupostos que não compreendem, necessariamente, a realidade dos grupos que migram para essas categorias. Dessas a idéia de que essas pessoas são essencialmente conservacionista é fundamental. E, nesse ponto, encontramos muitas discussões a respeito, pois os agentes (tanto externos quanto internos) irão se utilizar disto de

³⁹ Ver Anexo 1 – Reservas Extrativistas em fase de criação no Maranhão.

acordo com os interesses do momento. Mas, observemos um trecho da entrevista com o Borges ao se referir à Reserva Extrativista:

Borges: ó, relacionado a essa discussão, relacionado a essa discussão da Reserva, nós do movimento ainda não fizemos essa discussão com a comunidade nesse sentido de se discutir mesmo o que é bom e o que não é. Nós não fizemos essa discussão consistente na comunidade, já tivemos, eu já tive lá com a Jô conversando alguma coisa lá, mas falta haver esse diálogo, no movimento negro nós não concordamos com esse modelo que foi apresentado ou que tá sendo apresentado, os modelos aí, nós não concordamos porque agente acha que, para a comunidade quilombola, nós deveríamos que buscar outras alternativas de se fazer preservação, que a preservação agente já faz, já faz, mas pra que agente tenha uma garantia de melhor se preservar, esse modelo não, porque nesse modelo a comunidade, ela perde a autonomia do território. Porque é um modelo cheio de regra, e tem regras dessas que vão ser colocadas que vai ferir a forma de vida das pessoas, a forma de se organizar, a forma de uso. Então, é preciso fazer, fazer o que? Uma discussão melhor com o Ministério do Meio Ambiente. Por enquanto, não tem assim aquela discussão que a gente tá lá discutindo, que a comunidade ta dominando o assunto, não, não tem essa discussão. É preciso ser feito.

Pesquisador: de todo jeito sobre a questão da regularização fundiária a coisa tá mais adiantada em cima do território?

Borges: aqui no continente!

Borges: agora, com o documento que nós encaminhamos para o INCRA a partir do que nós temos já de documento da Fundação Cultural Palmares, que é a certificação da Ilha, né, como terras quilombolas nós vamos, então, poder fazer essa discussão. Porque o INCRA vai ter que ir pra Ilha, não é isso? O INCRA vai ter que ir pra Ilha. O INCRA indo pra Ilha essa discussão vai ser aberta dentro do governo. Aí o MMA, é lógico, que vai tá se interessando, e apresentar o que, né, o IBAMA, o que eles têm de projetos enquanto essa questão de criar ou não a Reserva dentro da Ilha do Cajual (entrevista realizada em 05/01/2007).

Aqui, percebemos o movimento discursivo realizado por Borges, eles já preservam sim, mas de uma forma particular. Nesse sentido, a Reserva extrativista não serve, pois poderá submeter a forma de vida da população a regras indesejáveis. Além disso, na disputa política é mais interessante o reconhecimento como quilombola, mesmo que a maioria da comunidade não compreenda tudo, pois depois se farão discussões, o importante é garantir o título da terra que, como ele já disse, é essencial para que se consiga superar os entraves burocráticos na realização de projetos que possa melhorar a vida da comunidade. Como fala Acselrad (2004, p.19):

[...] As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica.

Agora, acreditamos que esses dois fatos que ocorreram quase que em paralelo na comunidade de Santana dos Pretos, o processo de instalação de uma Reserva Extrativista junto ao IBAMA e a demanda pelo reconhecimento como quilombola, à Fundação Palmares, apareçam de forma mais clara. Foram, na verdade, mecanismos de luta para a permanência no território. Esta estratégia já fora percebida, em outras comunidades, por estudiosos como E. C. O'Dwyer (2002, p. 77), por exemplo:

A identidade histórica de “remanescentes de quilombo” emerge como resposta atual diante de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam e com os quais estão em franca oposição.

Ou, em relação à população tradicional, para a implantação de Reserva Extrativista:

Muitos grupos marginais e etnicamente distintos estão adotando cada vez mais o termo “tradicional” (indigenous) por causa dos direitos que crêem associadas ao termo - direitos às suas terras e territórios; para manter suas tradições culturais, religião, língua e práticas; para exercer suas leis consuetudinárias; para governar-se por suas próprias instituições; para controlar os próprios recursos; para sua autodeterminação e reconhecimento do direito de ser diferente (COLCHESTER, 2000, p. 231).

Esses grupos migram para essas categorias que acreditam poderem legitimar a sua posse sobre o território. Nesse sentido, para a comunidade de Santana dos Pretos, estrategicamente, é mais interessante a condição de remanescente de quilombo, devido ao reconhecimento de Alcântara enquanto um imenso território quilombola⁴⁰ Almeida (2006). Além disso, como território quilombola a comunidade deterá o título da terra.

Isso ficou claro para nós também quando comparamos com o pedido de implantação de uma outra Reserva Extrativista na comunidade do Taim, em São Luís, que tivemos a oportunidade de estudar no GEDMMA⁴¹, o movimento, ou seja, a estratégia utilizada por essa comunidade foi inversa, optaram pela Reserva Extrativista, pois segundo a liderança local, Beto do Taim, como é mais conhecido, a comunidade não possui muitos elementos para comprovar que o território como sendo quilombola. Como coloca ainda E. C. O'Dwyer (2002, p. 84):

⁴⁰ Ver Anexo 2 – Mapa das comunidades remanescentes de quilombo de Alcântara.

⁴¹ O GEDMMA desenvolve a pesquisa Modernidade, Desenvolvimento e Conseqüências Sócio-Ambientais: a implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís – MA há dois anos. Ao longo dessa pesquisa nos deparamos com a existência do pedido de implantação da Reserva Extrativista do Taim na mesma área pretendida para o Pólo. Desta forma, alguns integrantes do Grupo direcionaram seus estudos para a compreensão dessa questão.

A identidade étnica de “remanescente de quilombo” emerge assim em um contexto de luta em que resistem às medidas administrativas e ações econômicas através de uma mobilização política pelo reconhecimento do direito as suas terras. Nesse sentido, é uma categoria política não necessariamente presente no intercambio social diário.[...] É no domínio político que a etnicidade desses grupos se manifesta e adquire em função de destinos históricos comuns toda sua significação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos encerrar este trabalho enfatizando a necessidade de maiores pesquisas sobre Santana dos Pretos, que como dissemos no início, possui poucos dados na área humanística. Da mesma forma, existe a necessidade de mais estudos sobre a relação das sociedades tradicionais e urbanas com a natureza, pois, atualmente, essa questão aparece como primordial, haja vista, as evidências da degradação ambiental e os seus riscos à vida no planeta.

Buscamos, nesse sentido, contribuir formando um quadro geral da comunidade de Santana dos Pretos, mas reconhecemos que, devido às restrições sofridas por parte de algumas pessoas e a própria situação de constrangimento de realizarmos entrevistas gravadas com temas específicos nos limitou. Isto, como já dissemos, devido aos equívocos ocorridos em outras pesquisas. Além disso, há a necessidade de explorar aspectos específicos: suas festas, a questão de gênero e trabalho e as continuidades e discontinuidades de tradições como o tambor de crioula, para citar algumas, que poderiam contribuir para o conhecimento da dinâmica de comunidades como a de Santana dos Pretos.

Sobre a discussão da relação sociedade/natureza, queremos enfatizar a necessidade de uma percepção holística sobre a questão da proteção de áreas naturais protegidas que possa, assim, contemplar as diferentes formas de concepção dessa relação nas diversas sociedades. Da mesma forma, a necessidade de superação desse neomito de que existem lugares intocados pelo homem que devem, por isso, ser transformados em ilhas de conservação e do mito do bom selvagem que, atualmente, ao nosso ver, se apresenta na feição de que populações tradicionais são essencialmente conservacionistas.

Esta e várias outras pesquisas já demonstraram que a realidade não é essa. No entanto, também não podemos cair numa posição radicalmente contrária e pensar essas comunidades como degradadoras da natureza. Elas possuem uma lógica diferente das sociedades urbanas, modos de vida ancestralmente desenvolvidos, onde os ciclos naturais são, normalmente, observados e respeitados através de suas lendas, mitos e crenças. Desta forma, essas comunidades conseguiram desenvolver uma relação mais harmônica com a natureza e, provavelmente, continuarão mantendo essa relação enquanto tiverem suas estruturas sociais respeitadas.

Além disso, a necessidade de afirmar que essas populações tradicionais são essencialmente conservacionistas deixa de existir se atentarmos para o fato de que não é

necessariamente a presença do homem que provoca os maiores danos à natureza, mas a intensidades de certos modos de produção capitalista. O potencial destruidor de uma barragem ou a implantação de um pólo siderúrgico, por exemplo, são muito maiores do que os impactos que as comunidades dessas áreas poderiam imaginar em produzir.

Precisamos abandonar essas visões românticas e unilaterais, pois a realidade é mais complexa. Não falamos isso porque já tenhamos conseguido superar, por completo, essa visão. Não raro nos pegamos agarrados a elas. Para ilustrar isso, reconstruiremos uma cena que vivemos:

Dona Vanda estava em São Luís, e eu, sabendo disso, a convidei para me fazer uma visita. Ela veio a minha casa, apresentei minha família e, depois do almoço sentamos um pouco na sala para conversamos. Perguntei a ela o que a trazia à cidade, além do fato, claro, de visitar seus dois filhos que aqui estudam. Ela, então, começou a falar da questão da energia elétrica que nunca tinha sido instalada na Ilha, essa é uma questão que incomoda muito a comunidade. Eles têm uma máquina de beneficiamento da amêndoa do babaçu, mas não podem usar porque na Ilha não tem energia elétrica.

Ela, então, contou dos projetos de energia solar, que a comunidade não aceitou devido aos custos da manutenção, e do projeto de energia elétrica convencional que tinham sido frustrados, por causa do elevado custo dos equipamentos necessários, como um cabo que leve energia por baixo d água para assim não prejudicar os eventuais aviões que passam ali próximo. Segundo ela, o pessoal da Base⁴² não aceitou que se colocasse os cabos por cima. Falou que as comunidades vizinhas já tinham energia. Que a Ilha estava na lista das comunidades que receberiam, mas que por questões políticas nunca se conseguia. Ela denunciou inclusive que nos papéis da empresa responsável constava que a Ilha do Cajual, como ela se referiu, já havia sido beneficiada pelo Programa do Governo Luz para Todos. E ela estava em São Luís justamente para ter essa conversa com o responsável para ver se conseguia resolver o problema.

Segundo ela, quando conseguiu, depois de horas de espera, dentre os motivos listados acima, o responsável disse que já devia ter sido colocada a energia, mas que constava também a apelação de outros grupos da sociedade de que o processo de instalação dos postes acarretaria impactos ambientais, que seria necessário arrancar os cajueiros próximos da escola etc. Diante disso, dona Vanda, indignada, disse: “você acha que eu me importo de arrancar aqueles cajueiros pra botar os postes, por mim pode arrancar, eles

⁴² Refere-se à Base Espacial de Alcântara.

acham romântico viver no escuro, mas nenhum deles quer morar aqui, na casa deles tem energia!”.

Quando ela falou da história de arrancar os cajueiros, imediatamente pensei no cajueiro que eles disseram que possuía cerca de duzentos anos e que ficava defronte da escolinha, ele provavelmente seria retirado. Senti então uma grande comoção: como arrancar o cajueiro que, ao meu ver, era símbolo e testemunha da tradicionalidade daquela comunidade? Lembro que cheguei a comentar isso com dona Vanda e ela comentou algo do tipo: “existem muitos cajueiros na Ilha, no Santana, que tu não chegou a ir existe umas mangueiras antigas, pela grossura do tronco se vê que são muito antigas”.

Foi quando nos vimos na posição que criticávamos. O natural não pode sobrepor-se ao cultural. Acreditamos na existência de um equilíbrio entre essas duas esferas que, além disso, na nossa compreensão, somente tem sentido de serem pensadas nessa perspectiva. Afinal, é o homem que dar significados ao mundo como um todo, mas também, ele não sobreviveria sem o natural. E, este equilíbrio, certamente, não seria abalado pela derrubada de algumas árvores nem a tradicionalidade daquela comunidade estava atrelada àquele cajueiro. As sociedades não são estáticas, suas necessidades se ampliam e nesse processo, necessariamente, haverão continuidades e descontinuidades. Se eles precisam de energia, por que não arrancar aqueles cajueiros se existem tantos outros na Ilha? Além disso, que autoridade tem as sociedades urbanas em dizer como a comunidade deve agir sobre seu meio ambiente quando eles já destruíram a maior parte das áreas naturais. Dito de outra forma, como poderíamos dizer que a comunidade de Santana dos Pretos deve conservar seus cajueiros quando nós já derrubamos todos os nossos?

Mas, superar isso é extremamente difícil, essas idéias nos foram introduzidas desde crianças, estavam presentes em nossos livros de ciências e história, nas propagandas da TV, no próprio turismo que se apresenta, em alguns de seus segmentos (ecoturismo, turismo de aventura, rural), como o portal capaz de levar o homem de volta à natureza. Mas precisamos fazer um esforço e clarear esses conceitos em nossas mentes e deixar essa visão dicotômica da relação sociedade/natureza.

Por isso, neste trabalho, optamos por entender a relação homem/natureza como uma relação sociedade/natureza já que o homem não age sozinho, ele é fruto, também, da sociedade que está inserido e, colocando homem de uma forma geral ou no sentido de humanidade pode obscurecer a compreensão dos fatos. Precisamos especificar de que homem ou sociedade estamos falando quando nos referimos aos impactos gerados à natureza e a quem

ou qual sociedade cabe arcar com suas conseqüências, embora saibamos que, de uma forma ou de outra, cedo ou tarde, toda a diversidade biológica sofrerá com esse impactos. O aumento da temperatura do planeta divulgados nos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC da Organização das Nações Unidas - ONU provam isso.

Dito isso e percebendo que as comunidades de Alcântara mantêm com seus territórios uma relação muito forte, de acordo com Almeida (2006) e outros pesquisadores, e após constatarmos isso em Santana dos Pretos, buscamos pensar a questão ambiental, na comunidade estudada, por esse viés. Como dissemos também ao longo deste trabalho, não encontramos um conflito acirrado entre os proprietários das terras e a comunidade, apenas a lembranças desses conflitos e a insegurança proveniente delas e da realidade de deslocamentos compulsórios nas comunidades vizinhas.

Mas há em Santana dos Pretos a preocupação em legalizar o território. Os pedidos de implantação de uma Reserva Extrativista e o de reconhecimento como remanescentes de quilombo, um em 2002 e o outro, logo em seguida, em 2003 demonstraram isso. Ainda mais quando constatamos que eles pouco sabem das categorias atreladas a esses dois pedidos e das idéias que elas carregam consigo. De toda forma, acreditamos que isso não deslegitima o direito de lutar pelo seu território. Como Borges falou, é complicada a chegada do movimento negro à ilha e, além disso, a comunidade elegeu dona Vanda para representá-la. Assim, é compreensível, em parte, que seja ela a detentora dessa discussão.

E, finalizando, como já dissemos as categorias população tradicional e remanescentes de quilombos, são conceitos externos e vazios que só ganham vida à medida que grupos sociais percebem o seu poder político na luta pelos seus interesses e migram para eles, assumindo alguns pressupostos adjacentes, reconfigurando outros e abandonando alguns até que essas categorias se adequem às realidade específicas dessa comunidades. Aos pesquisadores cabe identificar essas particularidades e buscar clarear esses conceitos contribuindo, assim, com os processos discursivos. Nesse sentido, acreditamos ter alcançado o objetivo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006. 2 v.

ANDRADE NETO, João Augusto. **Quilombos maranhenses**: história, identidade étnica e memórias da luta pela terra na comunidade de Pitoró dos Pretos. 2006. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio**: identidade étnica e conflito em terra de uso comum. São Luís: UFMA, 1999.

ANDRADE, Maristela de Paula. **De pretos, negros, quilombos e quilombolas** – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. pp. 37-43.

AUGÉ, Marc. **O sentido dos outros**: atualidade da antropologia. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Antônio Carlos. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: São Paulo: Papirus, 2005.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BUCLET, Benjamin. **Uma tipologia das ONGs**. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº1. Rio de Janeiro, 2002. pp. 29-33.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Ações de reforma agrária e sustentabilidade em assentamentos rurais no Maranhão**: encontros e desencontros em torno de uma política pública. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº1. Rio de Janeiro, 2002. pp. 95-98.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de Conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et. Al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah; LENA, Philippe. **Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia**: o cenário contemporâneo. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº1. Rio de Janeiro, 2002. pp. 03-05.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa, PB. Editora Grafset, 2006.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Tambor de Crioula: ritual e espetáculo**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Querebentã de zomadonu: etnografia da Casa das Minas**. São Luís: EDUFMA, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/série_antro.htm. Acessado em 28.08.2007.

LENA, Philippe; ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah. **Dinâmicas predatórias e projeto socioambiental**. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. pp. 03-05.

LENA, Philippe. **As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições**. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº1. Rio de Janeiro, 2002. pp. 09-21.

LOBO, Janaina Campos. **A festa da Santa: etnografia da festa de Santa Maria em Samucangua, Alcântara – MA**. 2007. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

LOPES, Antônio. **Alcântara: subsídios para a historia da cidade**. São Paulo: Ciciliano, 2002.

NORONHA, Gabriela Silva. **O Projeto Esatur como estratégia de desenvolvimeto local através do ecoturismo na Ilha do Cajual, Alcântara – MA**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Fedral do Maranhão, São Luís, 2001.

O' DWYER, Eliane Cantarino. **Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra**. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº1. Rio de Janeiro, 2002. pp. 77-86.

OS TAMBORES DA ILHA/ Coordenação Rodrigo Martins Ramassote; Sérgio Figueiredo Ferretti, Rodrigo Martins Ramassote, Valdenira Barros, Renata dos Reis Cordeiro, Sislene Costa, Bartolomeu Mendonça, Cristiane de Fátima Silva Costa, textos. – São Luís: IPHAM, 2006.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo ano tem**: as festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA, 2007.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **Frechal terra de preto**: quilombo reconhecido como Reserva Extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara, Maranhão. **Alcântara**: vida e resistência. Maio de 2004.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **QUILOMBOLAS**: direito ao futuro. 2006.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papyrus, 2005.

SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SANT’ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. Bendix e a dicotomia tradição e modernidade. In: Revista Pós Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 3, n. 5, 2006. 122pp. São Luís: EDUFMA, 2006.

SANT’ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

SANT’ANNA, Renata. **Populações humanas em unidades de conservação**. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. pp. 117-123.

SANTOS, José Luis dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SERRANO. Célia M. Toledo e BRUHNS, Heloisa T. (Org.). **Viagens à Natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: São Paulo: Papyrus.2001.

SILVA, Flavio Pereira. **A comunidade dos Pretos do Castelo**. 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Univerdidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

SUNDFELD, Carlos Arí (Org.). **Comunidades quilombolas: direito à terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC. Iv Editorial Abaré, 2002.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. Programa Integrado de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre “Ilha do Cajual” disponível em <<http://www.amavida.org.br>> Acessado no dia 31-03-07

_____. Pólos Turísticos do Maranhão disponível em <<http://www.turismo.ma.gov.br>> Acessado no dia 20-12-07

Roteiro Ecoturístico: Ilha do Cajual. Disponível em <<http://www.sacadaturismo.com.br>> Acessado em 31-03-07

ANEXOS

Anexo 1 – Reservas Extrativistas em fase de criação no Maranhão

Tabela 3: Reservas Extrativistas em fase de criação

Municípios	Nome da Resex	Área Total	Situação legal	Laudos	Nº comunidades	Nº extrativistas
1. Paulino Neves	Lagoa da Taboa	30.000	Processo CNPT/MA	Sócio-econômico e Ambiental (em elaboração). Inventário Fundiário (em elaboração).	32	3.000
2. Icatu/Humberto de Campos	Baía do Tubarão	120.000	Processo CNPT/MA	Sócio-econômico e Ambiental (em elaboração). Inventário Fundiário (em elaboração). Obs: laudos realizados dentro do Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros do Estado do Maranhão.	24	5.000
3. Penalva	Lagos de Penalva	36.000	Processo CNPT/SEDE (Brasília)	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	03	1.200
4. São Luís	Taim	14.400	Processo CNPT/MA	Sócio econômico e Ambiental (pronto). Inventário Fundiário (pronto).	06	650
5. Bequimão	Bequimão	80.000	Sem processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	10	8.000
6. Guimarães	Guima-rães	78.000	Sem Processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	10	7.000
7. Cedral	Cedral	45.000	Sem Processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	10	6.000
8. Carutapera	Carutapera	74.000	Processo – CNPT/SEDE (Brasília)	Sócio-econômico e Ambiental (em fase inicial). Inventário Fundiário (em início).	05	12.000
9. Porto Rico	Porto Rico	40.000	Processo – CNPT/MA	Sócio-econômico e Ambiental (em fase inicial). Inventário Fundiário (em início).	06	2.000
10. Alcântara	Ilha do Cajual	14.000	Processo – CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores (articulação com movimento quilombolas).	03	2.000
11. Cândido Mendes	Cândido Mendes	150.000	Sem Processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	14	12.000
12. Godofredo Viana	Godofre-do Viana	90.000	Sem Processo	Sócio econômico e Ambiental (em fase inicial). Inventário Fundiário (em início).	7	8.000
13. Turiaçu	Turiaçu	250.000	Processo CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	12	9.000
14. São Luís	Guarapiranga	350.000	Processo CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	07	
15. Chapadinha	Chapada Limpa	14.400	Processo CNPT/MA, já enviado à DISAM (Brasília)	Sócio econômico e Ambiental (pronto). Inventário Fundiário (pronto).	08	600
16. Timom	Tucumã	8.000	Processo CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	05	1.200
17. Axixá	Axixá	7.000	Sem processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	07	

Fonte: IBAMA/CNPT Maranhão

Anexo 2 – Mapa das comunidades remanescentes de quilombo de Alcântara